

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

Renato Xavier dos Santos

BRICS e as contingências do discurso

São Paulo

2017

Renato Xavier dos Santos

BRICS e as contingências do discurso

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Economia Política Internacional”.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

Coorientador: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

São Paulo

2017

Santos, Renato Xavier dos.
S237 BRICS e as contingências do discurso / Renato Xavier dos Santos. –
São Paulo, 2017.
86 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Suzeley Kalil Mathias.
Co-orientador: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

1. Linguagem e relações internacionais. 2. BRICS – Discursos, ensaios, conferências. 3. Política internacional – Discursos, ensaios, conferências. 4. Identidade política. 5. Relações internacionais – Aspectos sociológicos. I. Título.

CDD 327

Renato Xavier dos Santos

BRICS e as contingências do discurso

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Economia Política Internacional”.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

Coorientador: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica)

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez (Universidade Federal do ABC)

São Paulo, 30 de abril de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Sebastião e Lourdes, que me apoiaram e sempre acreditaram nos meus sonhos.

Agradeço à Lívia Avelhan, minha companheira nessas e em outras batalhas, por compartilhar comigo angustias e alegrias. E por todo seu amor.

Agradeço ao meu irmão, Rafael Xavier, por sempre confiar em mim e por estar por perto me ouvindo e me tranquilizando com sua sensibilidade única. Agradeço por ser mais do que um irmão, um amigo incomparável.

Agradeço à minha irmã, Ana Paula Meneses, por me trazer conforto e palavras de carinho e apoio sempre que precisei. Sua forma de encarar os problemas da vida me inspiram.

Agradeço ao meu sobrinho, Guilherme, por me ensinar todos os dias que a vida é complexa e não há limites para ser feliz.

Agradeço ao Philip, pela paciência com minha as chatices.

Agradeço à Erica, as inúmeras discussões só nos aproximaram.

Agradeço especialmente à Sofia, minha sobrinha, que chegou para nos ensinar todos os dias o significado da palavra amor.

Agradeço imensamente ao meu coorientador, Professor Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, por confiar e sempre incentivar o meu trabalho. Sem dúvida, foi peça fundamental na minha jornada no mestrado.

Agradeço à minha banca de defesa, aos professores Marco Aurélio Nogueira e Ramon Garcia-Fernandez, pelos apontamentos que só engrandeceram a pesquisa.

Agradeço, particularmente ao Professor Marco Aurélio Nogueira, pelo apoio, incentivo e pela amizade. Os momentos que compartilhamos dentro e fora do San Tiago Dantas colaboraram muito para a minha formação acadêmica, intelectual e pessoal.

Agradeço à minha orientadora, Professora Suzeley Kalil Mathias, pela preocupação e leitura atenta do meu trabalho, certamente enriqueceu a pesquisa.

Agradeço à Michelly Geraldo, minha amiga de ontem, de hoje e de sempre, por seu apoio e confiança. Pelas várias trocas de afeto ao longo desses anos.

Agradeço aos meus amigos e colegas do San Tiago Dantas, ao Daniel Coronato, pela amizade sincera e pelas conversas inspiradoras, ao Rodrigo Amaral, com quem estendi a amizade para além do mestrado, à Sara Toledo, pela parceria e amizade, à Helena Salim, pelo companheirismo, à Vanessa Capistrano, pela amizade sempre reiterada, à Marcela Franzoni, ao Roberto Teles, ao Willian Moraes, à Gessica Carmo, à Laís Azeredo, ao Arthur Murta, à Bruna Moreira, à Karina Caladrin e ao Rodrigo Duque Estrada.

Agradeço às funcionárias da UNESP, em particular à Isabele, à Giovana, à Rosi, à Genira e à Graziela.

Agradeço, enfim, a todos e todas que de alguma maneira estiveram comigo nesses últimos dois anos.

Como é que tornamos tudo em torno de nós claro, livre, leve e simples! Como é que soubemos proporcionar aos nossos sentidos um passaporte para tudo que é superficial, aos nossos pensamentos um desejo divino para saltos travessos e conclusões falsas! – Como conseguimos desde o princípio reter nossa ignorância, de sorte a gozar de uma inconcebível liberdade de viver de modo a fruir a vida! E somente sobre essa base de ignorância agora firme e granítica, a ciência foi, até aqui, capaz de apoiar-se, a vontade de conhecimento com fundamento de uma vontade extremamente mais poderosa, a vontade do não conhecido, do incerto, do não verdadeiro! Não como sua antítese, mas como o seu aprimoramento! Pois mesmo se, aqui com em outra parte, a linguagem não conseguir superar sua aspereza e continuar a falar de antíteses onde só existem degraus e uma sutil gama de gradações; mesmo se igualmente a encarnada tartufice da moral, que faz agora invencivelmente parte da nossa “carne e sangue”, distorcer as palavras nas bocas de nós, homens de conhecimento: aqui e ali apreendemos esse fato e rimos de como é precisamente a melhor ciência que busca nos prender da melhor maneira a esse mundo simplificado, inteiramente artificial, fabricado, falsificado, e como está, involuntariamente ou não, apaixonada pelo erro porque, enquanto um ser vivo, se acha... apaixonada pela vida.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o papel do discurso na formação do BRICS. A hipótese é que os discursos possibilitaram a aproximação entre os cinco países e forjaram uma identidade contingencial entre Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul. Para testar a hipótese, será utilizado o referencial teórico pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (1985), bem como o dos teóricos das Relações Internacionais que trabalham com identidade e discurso nos estudos de política externa. Como metodologia, foram eleitos 22 discursos proferidos pelos líderes dos países BRICS no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, com um recorte temporal de 2002 a 2009. Além disso, será analisado o documento resultante da I Reunião de Cúpula do BRIC, em 2009. Com isso, pretende-se testar alguns elementos discursivos presentes no BRICS para demonstrar a formação do arranjo a partir de uma identidade contingencial. Os elementos discursivos a serem investigados são os seguintes: (1) contingência do discurso; (2) identidade relacional; (3) prática articulatória; (4) discurso hegemônico. O discurso é um complexo de elementos dados a partir de um conjunto de relações. No âmbito das relações internacionais, as interações acontecem em diversos campos da política. Particularmente, a Organização das Nações Unidas é uma importante arena de embate político, mas também de cooperação entre as nações. Por aglutinar diversas demandas específicas, a Organização das Nações Unidas é um dos principais espaços de interação social, no qual os Estados e outros agentes sociais procuram representar, significar e ressignificar as relações sociais. As relações diplomáticas também são capazes de criar novas percepções sobre o mundo. Dessas interações, novas identidades são construídas ou reconstruídas e interpretadas à luz da linguagem discursiva.

Palavras-chave: BRICS; Discurso; Contingência; Identidade; Pós-estruturalismo.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the role of discourse in the formation of BRICS. The hypothesis is that the discourses made possible the approximation between the five countries and forged a contingent identity between Brazil, Russia, India, China and South Africa. To test the hypothesis, we will use the post-structuralist theoretical framework of Laclau and Mouffe (1985), as well as that of International Relations theorists who work with identity and discourse in foreign policy studies. In terms of methodology, it will be analyzed 22 speeches delivered by the leaders of BRICS countries at General Assembly of the United Nations from 2002 to 2009. In addition, the document resulting from the I BRIC Summit, in 2009, will be studied. Therefore, we intend to test some discursive elements present in the BRICS to demonstrate the formation of the arrangement from a contingential identity. The discursive elements to be investigated are the following: (1) contingency of discourse; 2) relational identity; (3) articulatory practice; (4) hegemonic discourse. Discourse is a complex of elements given from a set of relations. In the context of international relations, interactions take place in various fields of politics. In particular, the United Nations is an important arena of political struggle, but also of cooperation among nations. Because it brings together several specific demands, the United Nations is one of the main spaces of social interaction, in which States and other social agents seek to represent, signify and re-signify social relations. Diplomatic relations are also capable of creating new insights about the world. From these interactions, new identities are constructed or reconstructed and interpreted in the light of discursive language.

Keywords: BRICS; Discourse; Contingency; Identity; Post-structuralism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de desenho de pesquisa.....	29
Figura 2 – Desenho de Pesquisa.....	29
Quadro 1 – Discursos selecionados.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BRIC	Brasil, Rússia, Índia, China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-4	Grupo dos Quatro – Alemanha, Brasil, Japão e Índia
G-7	Grupo dos sete países mais industrializados
G-8	Grupo dos setes países mais industrializados mais a Rússia
G-20	Grupo das vinte maiores economias do mundo
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
UNASUL	União das Nações Sul-americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ABORDAGENS TEÓRICAS E MÉTODOS.....	16
2.1	O discurso como disciplina no campo das Relações Internacionais	16
2.1.1	Agenda de pesquisa.....	16
2.2	Questões metodológicas.....	18
2.3	A pesquisa de política externa	20
2.4	O discurso como disciplina do campo da Teoria Social.....	21
2.4.1	Elementos da Teoria do Discurso: identidade, sentidos e contingência.....	23
2.4.2	Prática articulatória e a questão da hegemonia	26
2.5	DESENHO DE PESQUISA	28
2.5.1	Considerações sobre a metodologia	31
3	COMO PENSAR O BRICS	32
3.1	Breve contexto	33
3.2	Interpretando o BRICS.....	35
4	BRICS: identidade, contingência e hegemonia.....	40
4.1	11 de Setembro.....	40
4.2	A ascensão das economias emergentes	48
4.3	Crise financeira de 2008.....	55
4.4	Os elementos discursivos no documento do BRIC	59
4.5	Notas finais sobre os elementos discursivos	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXO A – DECLARAÇÃO CONJUNTA BRIC	83

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é analisar o papel do discurso na formação do BRICS. Partimos da ideia de que o discurso confere significado ao mundo social. Nesse sentido, o mundo social e as relações internacionais operam dentro de uma lógica discursiva que significa e ressignifica as interações. Tais interações sociais não são fixas, nem dadas, por isso, o discurso é capaz de forjar novos significados, significados diferentes daqueles anteriormente aceitos. Nesse sentido, a questão contingencial do discurso é extremamente relevante para pensarmos o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Se o discurso possibilitou uma identidade comum e contingencial para o arranjo, e essa é a nossa hipótese, é no contexto externo que tal identidade floresceu. Ao afirmarmos isso, evidenciamos que o BRICS surgiu na década passada (e não em outro momento) por uma série de elementos discursivos. Ao buscar analisar os elementos presentes nos discursos dos países BRICS, ter-se-á um panorama geral sobre o contexto internacional da primeira década do ano 2000, cujo aspecto econômico e político colocavam em evidência as potências emergentes (crescimento econômico) lado a lado com a ideia de declínio dos Estados Unidos (crises recorrentes), reafirmados nos eventos do 11 de setembro e na crise financeira de 2008.

O ferramental teórico que melhor explica o nosso objeto de estudo é a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a partir da obra *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* (1985). No entanto, as pesquisas de política externa desenvolvidas por Hansen (2006), Campbell (1992), Waver (1996), entre outros, nos darão suporte teórico necessário para a pesquisa. Do ponto de vista metodológico, Hansen (2006) e Guilhaon (1993) possuem trabalhos consolidados sobre métodos de pesquisa em análise de discursos. Ambos serão fundamentais para estabelecermos os objetos e sujeitos discursivos, a opção por determinados discursos, bem como quais os textos são habilitados para a análise.

Os primeiros anos do século XXI têm grande relevância para os estudos das Relações Internacionais. Pesquisadores e analistas se viram diante de muitos questionamentos e poucas respostas concretas acerca de como seria o mundo após uma série de crises, tanto do ponto de vista político quanto econômico, de magnitude poucas vezes observada na história da política mundial. O ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono, conhecido como “11 de Setembro”, abalou não só a superpotência – atingida em seu território e no seu coração financeiro e

militar -, como mudou a percepção geral acerca da porosidade das fronteiras nacionais diante de novas ameaças de segurança não tradicionais. Se o terrorismo não tinha farda, exército regular e território fixo, a insegurança em relação a novos ataques e a ideia de inviolabilidade dos territórios nacionais eram percepções e preocupações latentes; a insegurança na era da globalização e do encurtamento das distâncias geográficas era fato consolidado entre os tomadores de decisão e as populações. Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono desencadearam não só a propagação do medo como fato político - sublinhado nos decretos da administração Bush acerca da “Guerra ao Terror” -, mas, *inter alia*, propiciaram a emergência de uma nova fase nas relações internacionais e a interrupção do ciclo de crescimento e estabilidade dos Estados Unidos desde o fim do conflito com a União Soviética e a queda do Muro de Berlim (1989). A nova fase das relações internacionais deu luz a uma guerra - e aqui não se trata das guerras do Afeganistão e do Iraque, respostas da administração Bush ao ataque do 11 de setembro. Novos flancos de batalha, abertos na ferida da crise pós-ataque terrorista, emergiam nas disputas por narrativas que melhor pudessem explicar o que estavam em curso. O vazio pós-11 de setembro, que não deve ser explicado aqui do ponto de vista psicológico, é, senão, um vazio de novas ideias capazes de dar conta do fenômeno que acabara de acontecer, bem como o que estaria no porvir.

A fragilidade dos Estados Unidos diante de um inimigo não tradicional e as dificuldades que viriam a acontecer nos anos subsequentes levantaram questões – que não são novas e estão sempre na esteira dos grandes impérios ou potências hegemônicas – sobre a fragilidade do seu poderio enquanto única superpotência de alcance global. Mais especificamente, voltava à tona a ideia de declínio [relativo] dos Estados Unidos, ao melhor estilo das teses declinistas das décadas de 1970, 80, 90 e 2000¹. A guerra nas trincheiras dos discursos caminhava *pari pasu* à atuação dos Estados Unidos nas guerras do Afeganistão e do Iraque. Enquanto no campo de batalha militar os Estados Unidos enfrentavam dificuldades até então pouco imagináveis, no campo do discurso novas frentes eram abertas por Estados que, ancorados nas suas economias domésticas, buscavam novas interpretações acerca das inconstâncias do sistema internacional. As respostas que vinham do Iraque e do Afeganistão, quais sejam, a perda de homens do exército norte-americano e a possibilidade de colapso econômico com os gastos militares, ofereciam aos países em desenvolvimento novas oportunidades de se lançarem em frentes discursivas. A tese de declínio dos Estados Unidos

¹ Alguns dos principais autores que trabalham com teses declinistas: Wallerstein (2004); Arrighi (1996); Gilpin (2002); Keohane (1988).

tomava proporções inéditas e reverberava no principal foro internacional de debate das nações, a Organização das Nações Unidas (ONU).

A esperança da prosperidade plena e de um mundo pacificado pós-Guerra Fria, muito propagado durante os anos 1990, conforme texto de Francis Fukuyama sobre o suposto “fim da história” com a vitória da democracia liberal sobre o comunismo, deu lugar a um ambiente hostil e instável. A instabilidade do sistema internacional de nações colocava em xeque questões que durante a década de 1990 passavam ao largo do debate público internacional. Do ataque às torres gêmeas até meados da primeira década do século XXI, a questão de segurança internacional e o multilateralismo ancorado na Carta das Nações Unidas pautaram o debate entre as nações. Os discursos sobre a importância do multilateralismo para enfrentar problemas globais ganhavam força entre os países em desenvolvimento, parte como resposta ao unilateralismo norte-americano, parte como tentativa de ressaltar a importância da ONU e do Conselho de Segurança, cuja legitimidade era colocada em questão pela administração Bush. De um lado, os Estados Unidos reafirmavam a legitimidade de decidir invadir o Iraque; de outro, países como Rússia, Índia, China e Brasil ressaltavam a importância no papel da ONU para mediar conflitos.

A disputa pelo discurso hegemônico² ganhava novos contornos com a ascensão econômica dos países em desenvolvimento. Na esteira do 11 de Setembro, países em desenvolvimento ganhavam notoriedade econômica. Nesse contexto de instabilidade internacional, o banco de investimento Goldman Sachs cunhou o termo BRIC, em 2001, ao se referir a Brasil, Rússia, Índia e China como mercados propícios para investimentos de médio e longo prazos. Mais tarde (2003), o mesmo Banco ampliou sua projeção acerca do BRIC, em 2003, afirmando que em algumas décadas os países do agrupamento estariam entre as oito economias mais desenvolvidas do mundo.

A euforia do *boom* econômico dos países BRIC somada à ideia de declínio da superpotência produziam uma nova fase nas relações internacionais: um ambiente de grandes incertezas e de vácuo de poder. O vácuo de poder estava relacionado aos problemas enfrentados pelos Estados Unidos nas duas frentes de conflito no Oriente Médio, especificamente, as guerras do Iraque e Afeganistão. Colava-se em xeque justamente a capacidade dos Estados Unidos manter-se como potência global mediante as dificuldades da sua política externa.

² O termo hegemonia aqui empregado remete à noção de Laclau e Mouffe (1984), a ser discutida no segundo capítulo.

O surgimento do BRIC enquanto acrônimo do mercado financeiro produzia seus primeiros efeitos políticos na Assembleia Geral das Nações Unidas. A gênese do que seria mais tarde o BRICS (formação atual desde 2010, com a incorporação da África do Sul) se mostrava nos primeiros discursos dos líderes dos países na virada do século. A articulação discursiva acerca de alguns temas essenciais dava o tom de qual caminho seria seguido pelos países BRICS. Apesar disso, até praticamente 2005 não houve aproximação pragmática e programática no sentido de transformar o acrônimo em arranjo político.

Não obstante, os discursos dos líderes desses países se entrelaçavam na ausência de significado do que seria a ordem global. Desta forma, ampliava-se o campo de significação, essencial para que os discursos dos líderes BRICS ocupassem lugar privilegiado no cenário internacional. Portanto, os discursos percorreram um caminho mais ou menos fluido sobre os temas da agenda internacional do século XXI, desde a afirmação de que a globalização precisava de freios e que a ONU seria ambiente privilegiado para resolver problemas globais, até a noção generalizada de que era preciso reformar as instituições do pós-guerra que não representavam o mundo décadas depois.

A impossibilidade dos Estados Unidos de fixarem significados sobre a ordem global posterior ao 11 de Setembro, explicadas pelas dificuldades militares e econômicas, crises internas e de política externa, abria espaço para que outros países o fizessem. Diante de grandes incertezas, os discursos que buscavam dar luz aos acontecimentos tinham como sujeito os países BRICS e apontavam uma direção comum: a mudança da ordem global de unipolar para multipolar. A articulação do discurso de mudança de ordem global e a percepção de que a distribuição de poder estava se deslocando do centro (Estados Unidos) para a periferia³ se evidenciava ano a ano, discurso após discurso. O elemento “multipolar” possibilitou a articulação entre os países BRICS de modo a que suas identidades fossem modificadas no interior do contexto internacional.

Com força capaz de se tornar um fator articulador que unificasse países distintos, a noção de um mundo multipolar ganhou destaque nos discursos dos líderes dos países BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas durante a primeira década do século XXI. De um acrônimo de mercado, Brasil, Rússia, China e Índia valeram-se do caráter aberto da ordem global para buscar novos significados e interpretações sobre a realidade internacional. Em 2006, na primeira reunião informal do arranjo à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas se cristalizava a ideia comum sobre os próximos passos a dar.

³ O termo “periferia” não diz respeito ao conceito utilizado por autores do “sistema mundo”, mas se insere estritamente na ideia geográfica de um centro e os seus flancos.

A capacidade de gerar um discurso que se tornasse dominante se estabilizaria à medida em que novos elementos dessa ordem global em ascensão fossem colocados como novos significados para a transformação do mundo em crise. A tentativa de fixar elementos de um discurso hegemônico no âmbito das relações internacionais ganhava terreno na ideia de reforma do sistema ONU. Como porta-vozes, os países BRICS passaram a assinalar a necessidade dos países em desenvolvimento obterem mais voz e maior participação nos órgãos decisórios das Nações Unidas e do sistema de Bretton Woods. Se de um lado o prestígio dos países em desenvolvimento crescia *pari pasu* ao ambiente doméstico econômico, no campo externo as estruturas da ONU se mostravam intactas. Dessa perspectiva, era preciso que o discurso alterasse aquela realidade. Isto é, fazia-se necessário articular uma nova linguagem capaz preencher lacunas no pós-crise do 11 de setembro.

Os primeiros anos do arranjo político BRIC demandaram posições que variavam desde questões de ordem militar até ambiental. Tais questões encontravam posições antagônicas no interior do arranjo, no entanto, ao longo dos anos os temas mais sensíveis deram lugar a um eixo comum de discurso. Restava ainda a unidade necessária ao arranjo político, uma nova síntese capaz de superar antagonismos internos ao discurso BRICS.

A crise financeira de 2008, gerada no coração do capitalismo global, os Estados Unidos, foi o estopim para a criação do arranjo. Ainda que em 2006 os chanceleres de Brasil, Rússia, Índia e China tivessem iniciado conversas sobre o futuro do acrônimo BRIC, a crise financeira aproximou de vez os países. As demandas por uma nova interpretação acerca da realidade internacional, uma nova sociabilidade, foram sublinhadas no estouro da crise financeira de 2008. Novamente no centro de uma crise de grande monta, os Estados Unidos pareciam se fragilizar e os discursos sustentados na ideia de um mundo multipolar ganhavam força.

A crise financeira de 2008 conferiu ao BRIC prestígio e possibilitou os países sentarem à mesa com as grandes potências para discutir o futuro da arquitetura financeira internacional. A criação do G-20 financeiro potencializava o discurso do BRIC em direção a uma unidade fragmentada e perdida por reiteradas crises da superpotência. Consolidadas como discurso preponderante, as ideias de distribuição de poder e de reformas estruturais saíram da Assembleia Geral das Nações Unidas e ganharam corpo na primeira reunião de cúpula do BRICS, realizada na Rússia, em 2009. A contingência presente na ideia BRICS e na consecução de uma identidade comum abre espaço para analisarmos qual papel o discurso desempenhou no arranjo.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Além do capítulo 1, a introdução, a ideia do capítulo 2 é trazer à tona o aporte teórico e metodológico da pesquisa sobre análise de discurso, um breve histórico da disciplina no campo de pesquisa das Relações Internacionais e da Teoria Social, bem como uma análise sobre os elementos discursivos presentes na Teoria Discursiva de Laclau e Mouffe (1984). O capítulo 3 traz um breve recorte sobre o contexto internacional da primeira década do século XXI, sobre o qual o debate sobre a importância e capacidade do BRICS dialoga lado a lado com temas da ordem global, entre os mais relevantes, o declínio do poderio norte-americano. No capítulo 4, analisam-se os discursos dos líderes dos países BRICS na Assembleia das Nações Unidas, de 2002 a 2009, bem como a primeira o documento fruto da primeira reunião de cúpula do BRIC, em 2009, tendo em vista a responder em que medida o discurso possibilitou a formação do arranjo político. Por fim, as considerações finais como síntese da hipótese de trabalho, o qual o discurso foi fundamental na formação do BRICS como forjou uma identidade comum e contingencial.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS E MÉTODOS

O objetivo deste capítulo é apresentar o recorte teórico e metodológico da pesquisa em questão. Primeiramente, procurar-se-á apontar os principais aspectos da agenda de pesquisa pós-estruturalista no campo das Relações Internacionais e suas implicações nos estudos de política externa. Em um segundo momento, um breve recorte sobre o campo de estudo da Teoria do Discurso na Teoria Social para, em seguida, adentrarmos nos aspectos e premissas da teoria e nos elementos discursivos que darão direcionamento ao objeto de estudo. Na segunda seção, traremos à luz da análise o desenho metodológico da pesquisa e seus desdobramentos na análise empírica: objeto, sujeito discursivo e a escolha dos discursos a serem analisados.

2.1 O discurso como disciplina no campo das Relações Internacionais

O pós-estruturalismo é tributário do terceiro debate entre racionalistas e construtivistas no campo de estudo das Relações Internacionais⁴. Ao incorporar a linguagem como ferramenta de análise da política internacional, ou seja, trazer para as Relações Internacionais novas epistemologias, o discurso passa a ter relevância na agenda de pesquisa em política externa e política internacional. Esse movimento ficou conhecido por “Virada Linguística”, tendo como um dos precursores o teórico Nicholas Onuf (1989). O terceiro debate, conforme supracitado, rejeitava o positivismo epistemológico, cujo cerne negava a linguagem como ferramenta de análise – servia meramente como “representação da realidade” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005. P 205-206). Por outro lado, Onuf aceitava as premissas da “ViradaLinguística” e da crítica pós-estruturalista, uma vez que não negava a realidade, “the material and the social contaminate each other” (ONUF, 1989, p. 40), e ressaltava as categorias e atos de fala, substituindo a ideia de representação entre palavras e o real por discursos sobre o real. Na seção abaixo, verificar-se-á como a análise de discurso foi incorporada na agenda de pesquisa do campo das Relações Internacionais.

2.1.1 Agenda de pesquisa

⁴ Ver sobre o terceiro debate em LAPID (1989).

A agenda de pesquisa pós-estruturalista no campo das Relações Internacionais prioriza a questão da construção da identidade a partir do discurso, especificamente o discurso de política externa (HANSEN, 2006). Um dos principais desafios do pós-estruturalismo ao longo da década de 1990 era de como o campo teórico iria se posicionar no mundo pós-Guerra Fria, cujos Estados reformulavam suas agendas de política externa sem o discurso claro de “inimigo externo”, o qual desde o fim da Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo entre capitalistas e comunistas – um exemplo recorrente nos estudos sobre a construção de identidades a partir do Outro.

A obra que marcou o campo de estudo, e é considerada seminal em matéria de identidade e segurança a partir do discurso da diferenciação do Outro, foi *Writing Security*, de David Campbell (1992). Embora a formação dos Estados tenha sido construída a partir da noção do Outro (o inimigo externo), Campbell (1992) contribuiu ao argumentar que não bastava identificar e se posicionar em relação ao Outro, mas sim transformar tal diferença (Alteridade) em condição *sine qua non* para a sua própria sobrevivência e segurança, uma Alteridade radical, bastante identificada durante o período da Guerra Fria. A ideia de sobrevivência do Estado, traduzida em políticas de segurança, foi durante a Guerra Fria um pré-requisito na agenda da política externa das nações que orbitavam em torno da União Soviética e dos Estados Unidos.

Os estudos que identificavam a identidade relacional – a partir do Outro – tiveram seu auge no conflito entre as duas potências, marcado pela ameaça mútua constante. Nesse sentido, o discurso enquanto ferramenta de trabalho dos *policy-makers* aparecia como fundamental para reificar a necessidade de os Estados terem inimigos. A principal crítica à obra de David Campbell (1992) estava relacionada ao fato de que a procura por um inimigo monolítico retomava os preceitos da Teoria Realista nos estudos sobre o sistema internacional, bem como se direcionavam pesquisas no sentido da ontologia do Estado sobre o indivíduo. A aceitação de uma forma única de identidade levaria a soluções também já pré-determinadas, amarrando assim os estudos pós-estruturalistas ao realismo como única saída possível (BUZAN e HANSEN, 2012). O estudo da política externa, na perspectiva pós-estruturalista, procurou no período posterior ao da Guerra Fria analisar como as representações de identidades se davam a partir da formulação da política externa, flexibilizando, deste modo, a ideia de identidades rígidas, substituindo-as pela construção e desconstrução de identidades em determinado período histórico.

O Pós-estruturalismo entende a prática da política externa como discurso político articulado e entrelaçado com fatores materiais e ideacionais, não havendo a possibilidade de

separar um do outro. Os estudos pós-estruturalistas endentem que os discursos políticos são inerentemente sociais. Ao enfrentar a oposição política no âmbito doméstico, bem como a esfera pública mais ampla (mídia, partidos e a sociedade civil organizada), os formadores de política externa estão procurando institucionalizar a sua compreensão sobre identidades e opções políticas em jogo (HANSEN, 2006). Não obstante, identidade não é alguma coisa que Estados ou outras coletividades possuem *a priori*, antes disso, as identidades são mobilizadas na apresentação e execução da política externa, segundo essa vertente de análise. Deste modo, é impossível definir a identidade como uma variável que é casualmente separada da política externa ou medir o seu valor explicativo em concorrência com fatores não discursivos. Se identidade é a diferenciação entre o Eu e o Outro, ela é, portanto, discurso, e se é discurso, a identidade é contingencial, mutável e está vinculada às escolhas de política externa num determinado tempo-espço. A construção da União Europeia, por exemplo, está bastante calcada no discurso de diferenciação. Ole Wæver (1995) concentrou seus estudos na identidade europeia e mostrou como o Outro foi ao longo da criação do bloco se tornando presente, mesmo quando se buscava imagens do passado sombrio do continente. A explicação para isso é que o Outro europeu pós-Segunda Guerra Mundial era o próprio passado da Europa. O discurso de ameaça do Outro possibilitou a integração europeia, tendo como principal foco o medo do retorno da rivalidade política entre França e Alemanha (WÆVER, 1996).

2.2 Questões metodológicas

Como metodologia de trabalho, o pós-estruturalismo se preocupa em explicar como o discurso se articula com a escrita (os chamados “textos falados”). Para isso, dá-se particular atenção ao processo pelo qual as identidades são distinguidas dentro dos textos de política externa, bem como a relação dos discursos de oposição, os chamados “discursos externos”. Além disso, as pesquisas pós-estruturalistas devem destacar a metodologia de seleção textual, os fóruns e tipos de textos que devem ser trabalhados. De forma geral, são três etapas a serem seguidas: a primeira etapa diz respeito à identificação dos objetos e sujeitos discursivos. Nessa etapa o pesquisador deve procurar responder quais são os objetos de discurso, quantos atores envolvidos e se há dicotomias e justaposições entre os discursos. Na segunda etapa, o cerne da questão metodológica é identificar os discursos e os tipos de textos a serem selecionados. Nos estudos pós-estruturalistas, que se valem amplamente da questão da

linguagem, pode-se identificar e considerar um discurso como qualquer representação verbal, isto é, desde um texto científico até uma entrevista concedida. A diferenciação que deve ser feita é notar se o texto é oficial ou transmitido por um membro da sociedade civil. No primeiro caso, os textos oficiais são transmitidos por órgãos estatais e interestatais ou explanados diretamente por presidentes, ministros e representantes oficiais. No segundo caso, os discursos não oficiais são todos aqueles proferidos pela mídia, partidos políticos, corporações e instituições internacionais. A terceira e última etapa metodológica concerne à posição do discurso no tempo-espaço, além de delimitar o número de eventos a serem abordados pelo discurso, cabe ao pesquisador verificar se os eventos são únicos ou múltiplos e, em última instância, analisar como os discursos se relacionam no tempo através de um determinado assunto (HENSEN, 2006; GUILHON, 1993).

O pós-estruturalismo surge como guarda-chuva teórico da pesquisa em questão justamente por direcioná-la à análise de discurso. O pós-estruturalismo está inserido no campo de estudo das Relações Internacionais por ser a primeira agenda de pesquisa a enfatizar os estudos das identidades a partir do discurso. Nas últimas décadas, desde a sua ascensão no campo de estudo das Relações Internacionais, a identidade é questão-chave para os pesquisadores. Igualmente relevante na pesquisa pós-estruturalista, a diferença entre política interna e a política externa ganhou vigor ao buscar analisar a possibilidade de transformação das relações internacionais, tendo em vista que a teoria *mainstream* do campo das Relações Internacionais submeteu as transformações às alterações na estrutura do sistema internacional, tal estrutura não está sujeita e não recebe influência dos Estados. Na vanguarda, os chamados clássicos das Relações Internacionais (E. H. Carr, Reinhold Niebuhr, Norman Angell, Hans Morgenthau, John Herz, Arnold Wolfers, Kenneth Waltz, entre outros) estavam sob influência epistemológica do crescente behaviorismo e positivismo (1950 e 1960, respectivamente) da ciência política dos Estados Unidos. No fim da década de 1970, com a obra *Teoria da Política Internacional*, de Waltz, canonizou-se a epistemologia positivista e causal. A obra de Waltz (primeira edição 1979) tornou-se o texto referencia para os neorrealistas por muitas décadas (e até hoje ainda é motivo de atenção no campo de estudo), ao passo que abriu espaço para uma descoberta florescente de raiz política e filosófica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005).

Apesar da crise do Realismo enquanto teoria de solução de problemas (COX e SINCLAIR, 1996), o pós-estruturalismo não se consolidou. A celeuma entre pós-estruturalistas e pós-modernistas fez com que muitos autores evitassem o rótulo ou a formulação de uma agenda propositiva no campo de estudo. Para diferenciá-los, foi preciso

estudos com fortes raízes teóricas no estruturalismo francês, voltados à linguística, à filosofia, à teoria social e à teoria literária, ancorados em autores como Nietzsche, Kristeva, Foucault e Derrida. Por seu turno, o pós-modernismo seguiu determinada ordem histórica que não dialogava com teorias anteriores (HANSEN 1997; WÆVER 2002). Como resultado, a ausência de autodeclaração implicou na tentativa de apresentar o pós-estruturalismo como abordagem coerente *pari passu* à punição do pós-modernismo, como medidas de tentar trazer o campo para o racionalismo formal das Relações Internacionais (WALT, 1991). O pós-estruturalismo pode buscar todas as questões relevantes de pesquisa em simultâneo. Além de ser bastante utilizado para mostrar a formação das identidades na política externa, pode também ser estudado sistematicamente através da adoção de uma Teoria do Discurso. Ao fazê-lo, o pesquisador segue um conjunto de questões de pesquisa centrado na noção constitutiva da representação da identidade, na formulação e no debate da política externa.

2.3 A pesquisa de política externa

A análise pós-estruturalista possui um programa de pesquisa que dialoga diretamente com a formulação e execução de política externa. Esse programa de pesquisa está baseado no seguinte pressuposto: políticas dependem de representação de ameaça (HANSEN, 2006). Tal ameaça pode partir de um Estado, um problema de segurança ou uma crise econômica, o qual o Estado se propõe a resolver. Política externa precisa, portanto, atribuir significado à situação e construir objetivos dentro dela, além de se articular baseado em identidades específicas de outros Estados, regiões, povos ou instituições, bem como na identidade nacional, regional ou institucional. Um exemplo dessa construção é amplamente estudado por Lene Hansen. Ao analisar a Guerra da Bósnia, o autor (2006) verificou que Bill Clinton, na ocasião presidente dos Estados Unidos, representou o conflito como “Guerra dos Balcãs”. A partir desta representação, o discurso de Bill Clinton construiu uma identidade dos “Balcãs” eminentemente violenta, em oposição à identidade europeia, tida como pacífica (HANSEN, 2006, p. 26).

O campo de estudo pós-estruturalista presume que relações exteriores baseadas em representações de identidades podem ser discursivas, políticas, relacionais ou sociais. Dizer que identidades são discursivas (e políticas) presume como consequência argumentar que representações de identidades têm lugar nos temas de política externa, dentro de uma interpretação particular, com consequências para a qual a política externa pode ser formulada

como uma resposta adequada. Para teorizar a identidade como construção que acontece por meio do discurso, é preciso afirmar que não existem identidades fora do discurso. Portanto, a identidade não pode ser usada como uma variável contra o qual o comportamento e os fatores não discursivos podem ser medidos. Isso implica que a definição de identidade existe apenas na medida em que é continuamente rearticulada e não contestada pelos discursos concorrentes (WAEVER, 2002). Mais adiante, a pesquisa em questão apontará na direção oposta a esta premissa, uma vez que as identidades são o tempo todo contestadas e, por isso, são eminentemente contingenciais. Essa ênfase no conceito de identidade do pós-estruturalismo se diferencia da noção de identidade como cultura. Ao afirmar isso, os conflitos internacionais, por exemplo, não podem ser explicados pela cultura de um povo, como Samuel Huntington insistiu na obra *Choque das Civilizações* (1997).

O conceito de identidade pode ser assim explicado pela noção de “identidade relacional”. Em outras palavras, a identidade é sempre forjada através da referência de alguma coisa que não sou Eu. Ao usar os termos “europeu”, “latino-americano”, “estadunidense”, “bárbaro” ou “país em desenvolvimento”, está-se construindo outra identidade como “não europeia”, “não desenvolvida”, “não civilizada”. As identidades também são sociais porque são estabelecidas através de um conjunto de códigos articulados pela coletividade. Não obstante os indivíduos entendam possuir determinada identidade, a sua construção só é possível no terreno da coletividade (MCSWEENEY, 1999). Para atribuir a identidade como sendo discursiva, política, relacional e/ou social é preciso que os discursos de política externa sempre articulem um Eu e uma série de Outros. A construção de identidades requer diferentes graus de Alteridade, variando o estágio de diferença entre o Eu e o Outro, até construções baseadas em alteridades menos radicais. A construção do Outro pode acontecer por meio de representações geográficas, políticas, nacionais, tribais, territoriais e até de civilizacionais. A construção de identidade geográfica e política são geralmente articuladas em um tempo particular, chamado de representações temporais. Tais representações temporais se localizam em questões contemporâneas de política externa, dentro de um discurso histórico, embora a perspectiva pós-estruturalista discursiva não enquadre os discursos em verdades históricas, ao invés disso, foca no seu significado e na sua interpretação (HANSEN, 2006).

2.4 O discurso como disciplina do campo da Teoria Social

No início do século XX, a fenomenologia de Husserl (1990) procurou separar uma intuição de fatos de uma intuição das essências. Essas duas abordagens diferem, contudo, em dois aspectos críticos das teorias contemporâneas do discurso. Em primeiro lugar, enquanto a filosofia de Kant prioriza formas de uma estrutura básica da mente, que transcende todas as variações históricas, teorias contemporâneas do discurso são eminentemente históricas e discursivas, cujas variações temporais separam o empírico e o transcendental. Uma segunda característica é a ampliação do conceito de campos discursivos em abordagens contemporâneas depende do impacto recebido pelos estudos de Saussure (2002), bem como da linguística pós-saussuriana. Mesmo dentro desta caracterização muito geral entre Saussurianos e pós-saussurianos –, é preciso diferenciar as teorias do discurso que estão fortemente relacionados às mudanças no campo da linguística. A primeira abordagem é representada pelo pós-estruturalismo, concebida em sentido amplo, a segunda pelo trabalho de Michel Foucault e sua escola (LACLAU, 1993). Nesta pesquisa, privilegia-se o pós-estruturalismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma vez que procuramos identificar como as identidades são forjadas dentro dos discursos. Para os pós-estruturalistas, a identidade é sempre relacional, portanto, constitui-se a partir da diferenciação entre o Eu e o Outro. Para Laclau e Mouffe (1985), a identidade de um ator não está dada nela mesma, em oposição, depende da relação que ela estabelece com outros atores em um determinado sistema de diferenças. Toda identidade é considerada instável e historicamente situada, na medida em que estruturas discursivas ou antagonicas impedem o fechamento de uma totalidade. Nesse sentido, a objetividade de qualquer tipo de sutura ou fechamento pode ser questionada, dada a negatividade inerente ao exterior constitutivo de toda identidade (BURITY, 1997).

A Teoria do Discurso tem como potencial ser uma ferramenta de compreensão das questões sociais. O ponto de partida da Teoria no campo de estudos sociais está nas categorias de poder e discurso, sendo articuladas por Laclau e Mouffe (1985) com o acréscimo de outros elementos discursivos centrais: pontos nodais, antagonismo, articulação, hegemonia, significantes vazios, populismo, etc. Os conceitos e noções articulados por Laclau e Mouffe (1985) são oriundos de várias áreas do conhecimento e, sobretudo, das teorias do campo social, entre elas: o marxismo de Gramsci, a desconstrução de Derrida, a psicanálise de Jacques Lacan, a linguística de Saussure; em diálogo permanente com o pós-estruturalismo francês (MENDONÇA, 2010). Os estudos sobre o discurso, como abordadas em pesquisas de política contemporânea, têm suas raízes na Virada Linguística. Nesse sentido, tais abordagens estão distantes de um tipo de análise “não direcionada para os fatos”, se aproximando mais de

análises que priorizam condições e possibilidades. A hipótese básica de uma abordagem discursiva é que a mesma possibilidade de percepção, pensamento e de ação depende da estruturação de um determinado campo pré-existente a qualquer imediação factual (LACLAU, 1993).

No que diz respeito ao marxismo, Laclau e Mouffe (1985) criticaram a concepção essencialista de sociedade adotada por eles, sublinhadas na negação da clivagem histórica que forjava identidades não contingentes, tal qual proletário e proprietário (sujeitos e identidades pré-determinadas por fatores materiais). Tal concepção ficou restrita à lógica reducionista das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho. Para os autores, o que existe efetivamente é um complexo social formado por uma infinidade de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas, distintas do mero antagonismo de classe que, segundo a Teoria do Discurso, tem lugar particular e não um *a priori* universal nesse intrincado jogo (MEDONÇA, 2010).

A teoria de Laclau e Mouffe (1985) nos insta a verificar a realidade a partir do social, sendo o social uma prática discursiva que dá significado às relações. Discurso, por sua vez, não deve ser entendido como o simples reflexo de conjuntos de textos a serem compreendidos, mas uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e ideacional. Assim dito, discurso é ação, uma vez que quaisquer práticas empreendidas por sujeitos, identidades ou grupos sociais são ações significativas. Nisso Laclau e Mouffe (1985) se aproximam dos estudos discursivos de Foucault (1970), uma vez que as ações não podem ser apreendidas fora do contexto discursivo. O social, portanto, é um social significativo. O social, na perspectiva pós-estruturalista, não surge como algo a ser simplesmente desvendado, desvelado, mas interpretado a partir das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades. Assim, o real, como possibilidade de ser conhecido verdadeiramente, como uma positividade transparente, é uma impossibilidade, tendo em vista que é significado de diversas maneiras, a partir das lentes dos sujeitos (GUILHON, 1993; MENDONÇA, 2010).

2.4.1 Elementos da Teoria do Discurso: identidade, sentidos e contingência

Para compreender a Teoria do Discurso, elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), é preciso ter em conta algumas ideias, uma delas a de “descentramento do sujeito”. Em outras palavras, os autores rompem com a ideia de centralidade na construção de identidades. Ao contrário disso, afirmam haver uma pluralidade de centros em que as

identidades são forjadas, cuja disputa pela realidade é de cunho hegemônico. O discurso como constituidor da realidade requer que aprofundemos na questão do sujeito e da sua posição na sociedade. Uma análise que foca na identidade a partir do discurso deve levar em conta as categorias centrais na Teoria do Discurso, a saber: a posição que o sujeito ocupa na sociedade contemporânea, os antagonismos no seio das práticas sociais e, por último, a questão da hegemonia como ponto estável, porém contingente na formação das identidades (FERREIRA, 2011).

A Teoria do Discurso enfatiza que toda relação social é passível de significado, sendo o sentido de um dado evento impossível de ser pré-definido ou estar inerentemente ligado ao sujeito. A identidade, portanto só aparece em um sistema de relações sociais. O discurso é o principal (e primeiro) terreno no qual a realidade se constitui. A Teoria do Discurso toma como pressuposto a ideia de que a linguagem é constituidora da realidade e, portanto, ela só existe dentro de um discurso que a torna possível. Fora do discurso, há existência, porém não existe significação. O conjunto de relações sociais que dá sentido ao objeto seria justamente o discurso (BURITY, 1997; OLIVEIRA, OLIVEIRA e MESQUITA, 2009). Se todo discurso é um complexo de elementos que nasce a partir de um conjunto de relações sociais, é possível afirmar que o real é constituído de múltiplas formas, sendo o campo social uma verdadeira disputa de narrativas, uma guerra de trincheiras e de estabelecimento de espaços. Os projetos políticos, nesse aspecto, tentam aglutinar e articular em torno de si o maior número de demandas possível (LACLAU, 2005).

Um discurso, por exemplo, representa uma série de demandas particulares. Nas relações internacionais, o discurso pode versar sobre a soberania territorial, a soberania econômica ou até a mudança da ordem global vigente. Sendo assim, muitos indivíduos ou Estados podem se identificar com determinados discursos, fato que demonstra a elasticidade do discurso e a heterogeneidade que habita dentro de cada demanda em questão. Desta forma também é possível verificar como as demandas discursivas podem ser tão elásticas ao ponto de perder o sentido literal e assumir uma conotação metafórica. Novamente, nas relações internacionais a ideia de reforma nas estruturas das instituições internacionais implica em diversos significados e parte de uma pluralidade de significantes. Por isso, na perspectiva de Laclau e Mouffe (1985), o discurso é contingente porque não é capaz de se apresentar imune frente às novas demandas e contestações que aparecem. Ao se deslocar, o discurso não deixa de fazer sentido, mas passa a se identificar com outros elementos que vão dar novo significado a ele. Chegamos, assim, ao ponto nevrálgico da explanação dos autores, a saber, a construção das identidades. Para Laclau e Mouffe (1985), as identidades são definidas por

uma corrente contínua de elementos identificadores. Ao reivindicar, por exemplo, a reforma nas instituições internacionais, o sujeito em questão não precisa ser necessariamente um Estado democrático ou um arranjo político revolucionário. Ao mover o discurso em torno de questões de mudança na ordem global, o discurso é capaz de aglutinar sujeitos que são necessariamente diferentes, que possuem demandas eminentemente diferentes. Por isso, o caso BRICS nos remete a questionar como procedeu a aproximação do arranjo, ou seja, interessa explicar como se desencadeou uma identidade comum, ainda que a partir de Estados distintos, cada um com seus interesses e demandas particulares.

Neste exercício de testar previamente nossa hipótese, continuemos, o sujeito emerge – tomemos aqui o BRICS como sujeito nas relações internacionais – no momento exclusivo de deslocamento, na ausência de respostas e de uma sequência lógica, racional para determinar a escolha feita. O sistema discursivo possibilita a articulação de sujeitos distintos, cooptando-os na produção discursiva ou na lógica de produção da diferença. Em suma, ao discursar em torno de uma demanda específica, os Chefes de Estados criam automaticamente a clivagem da diferença, nasce no interior do discurso a noção de Eu/Outro. A relação com outros elementos determina o sentido procurado. O sentido, portanto, é dado quando vários elementos são articulados. Embora o sentido seja contingencial, o momento em que ele é determinado é também o momento que o discurso se torna estável. Apesar de sua precariedade, a estabilidade ocorre em relação àquele conjunto de regras e dentro de uma prática discursiva cujas fissuras se esvaem com a imposição de pontos em comum (BURITY, 2008). O discurso não pode ser visto como um agrupamento homogêneo, cujos elementos estão todos organizados. Ao contrário, é eminentemente constituído de antagonismos entre elementos em um processo contínuo de articulação, deslocamento e rearticulação (LACLAU e MOUFFE, 2004).

A noção de que o próprio corpo social não possui um sentido finalístico, ou seja, as possibilidades de significações são infinitas, sempre permeadas por relações que têm essencialmente características precárias e contingentes está presente nos pressupostos dos pós-estruturalistas. Os sentidos sociais, que tratamos rapidamente acima, estão constantemente permeados pelas inconstâncias que carregam as noções de contingência e de precariedade. No primeiro caso, a *contingência* diz respeito à impossibilidade de percebermos as relações sociais como para além de injunções contextualizadas. A partir da ideia de contingência das identidades no campo discursivo podemos produzir inferências, tendo sempre em vista a pluralidade do campo social e das contingências históricas. Por seu turno, a *precariedade*, termo bastante usado por Laclau e Mouffe (1985), revela que, mesmo que um

discurso consiga fazer-se contingentemente hegemônico, ou seja, que consiga reunir uma quantidade potencial de sujeitos em torno de um determinado tema, esse não o será para todo o sempre, como um fim da história (MENDONÇA, 2010).

2.4.2 Prática articulatória e a questão da hegemonia

O discurso não deve ser visto como a simples soma de palavras, porém uma consequência de amalgamas que unem palavras a ações, capaz de produzir sentidos e que, posteriormente, vão disputar espaço social e possibilitar a hegemonia discursiva (vamos abordar o conceito de hegemonia para os autores mais abaixo). Neste primeiro momento, é importante apontar que este conjunto de movimentos é chamado por Laclau e Mouffe (1985) de prática articulatória. A prática articulatória pode ser explicada como a soma de diversas demandas, que partem de diversos setores da sociedade, cujo objetivo é resistir a uma determinada prática política predatória. O exemplo de Laclau e Mouffe (1985) pode ser melhor explicado no contexto de meados do século passado, quando diversos grupos sociais lutavam contra governos autoritários em favor da democracia. Segundo Mendonça (2010), a prática articulatória passa por algumas etapas, até que culmine no ponto comum entre os sujeitos. Em um primeiro momento, setores da sociedade se articulam isoladamente: estudantes, trabalhadores e outros grupos da sociedade civil. Em outra etapa, as demandas são assimiladas e nasce disso um discurso, apesar de contingente e instável, o discurso é momentaneamente o elemento-chave para a disputa política. Ou seja, a articulação discursiva é uma prática estabelecida entre sujeitos, os quais se articulam entre si, fundindo-se estritamente em relação à articulação estabelecida.

Ainda em relação às etapas da prática articulatória, os sujeitos não mantêm relações sociais *a priori* (entre si), mas apenas com a ideia de uma nova ordem, um novo *status quo*. A partir de um discurso comum, articulador de todas as diferenças, esses grupos passam a se identificar momentaneamente, tendo em comum a mudança de *status quo* como referência. Significa que, apesar de forjar a identidade comum em um determinado contexto histórico, o entendimento desses sujeitos é contingencialmente articulado, fazendo com que as diferenças, os pontos que não são comuns (Laclau chama de ponto nodal), e sim particulares, estejam presentes em segundo plano. Em relação à articulação principal que os envolve, as diferenças e antagonismos são colocados à margem do discurso central. Isso dito, as práticas articulatórias são independentes dos antagonismos históricos (LACLAU e MOUFFE, 1985).

O fator contingente faz com que haja possibilidade de se ter um inimigo comum entre os próprios amigos. As relações regionais dos países BRICS são bons exemplos de como a articulação deixa de lados questões antagônicas, a exemplo de Índia e China.

A questão hegemônica, bastante presente nas obras de Laclau e Mouffe (1985), concerne à procura de constituir uma nova ordem política. Um discurso hegemônico é, necessariamente, um discurso que procura reunir, agrupar, combinar desejos. O discurso hegemônico é, para os autores, a unidade nas representações das diferenças. A noção de hegemonia aparece em momentos em que a ordem política ou institucional não está claramente evidente. Isto é, são momentos de rearranjo político e de ausência de elementos claros de supremacia. A ferramenta proposta pela dupla de autores procura, então, descrever ou enquadrar um determinado contexto político para a possibilidade hegemônica. Tal análise vai de encontro ao *mainstream* da análise política, cujo cerne é apontar como as hegemonias estão colocadas dentro de uma ordem vigente. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) utilizam a noção de hegemonia para demonstrar exatamente o contrário, isto é, a ausência de determinada ordem política é questão primeira para a hegemonia. É neste vácuo de ordem que a disputa hegemônica se torna ainda mais possível de acontecer. Os autores estão preocupados em demonstrar os vazios institucionais ou a falta de regimes claros que apontem para uma hegemonia (LACLAU E MOUFFE, 1985; MENDONÇA, 2010).

De forma mais sistemática, hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico-discursivo, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação de equivalência, múltiplos elementos. A ideia de hegemonia existe justamente na sua relação com a noção de falta constitutiva, presente na Teoria do Discurso. A falta constitutiva, por sua vez, induz à ideia de que todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, seja em função da própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir da relação entre identidades, ou ainda por sua negação, a partir de seu corte antagônico (outra identidade que nega sua própria constituição). A noção de ordem hegemônica está intimamente ligada à ideia de que as identidades procuram sua completude. Tal ideia vem do campo da psicanálise do francês Jacques Lacan (1961-62), segundo o qual o sujeito convive com o peso do eterno vazio existencial – sempre à procura de autopreenchimento (LACAN, 2003). Nesta direção, Laclau e Mouffe (1985) argumentam que toda identidade vive em uma procura ineficaz por preenchimento. A hegemonia surge exatamente para ocupar o vazio da existência humana, ou seja, a hegemonia é o momento ideal para se cumprir a ausência de plenitude. Para Ernesto Laclau (2002), hegemonia é a relação que um determinado conteúdo particular assume em certo contexto: a função de

encarnar uma plenitude ausente. A ordem hegemônica parte de um discurso, de uma construção efêmera de identidade, tal discurso particular consegue, ainda que por um determinado tempo, se fazer representar a partir identidades dispersas e antagônicas. O discurso centralizador é capaz de forjar tais identidades, articulando e fixando sentido que previamente não estavam articulados entre si.

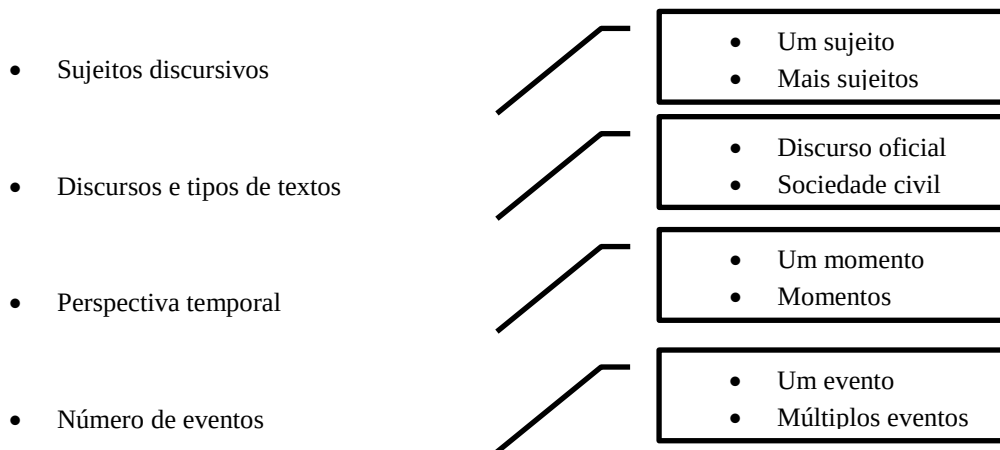
Por fim, outra categoria aqui mencionada e de importância na compreensão da Teoria do Discurso é o antagonismo. O antagonismo presente na Teoria do Discurso assume um estatuto ontológico na construção das identidades. Em outras palavras, o antagonismo é entendido como a chance da constituição de uma lógica discursiva. Por fazer parte sempre do discurso exterior, o antagônico é visto pelos autores (Laclau e Mouffe) como um discurso com diferente positividade. No sentido mais estrito, o antagônico é quem impede a constituição plena da objetividade. Ao passo que esta mesma relação com o antagônico é que ameaça a existência de um "interior". Retomemos o início da explanação: um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico (MENDONÇA, 2010). Além da dificuldade de ampliar os sentidos a partir do antagonismo, a Teoria do Discurso afirma que o antagonismo é a própria condição discursiva, ou seja, se de um lado impede o sentido estrito, dificultando a objetividade do discurso, é o antagonismo que possibilita a hegemonia discursiva. Segundo Laclau e Mouffe (1985), tal paradoxo é ao mesmo tempo um exterior constitutivo e uma ameaça à constituição do interior. Na medida em que se constitui sob ameaça do discurso exterior, ele é também a própria condição da existência do interior. A relação antagônica interior/exterior impede a constituição plena do outro. Sendo assim, é possível concluir que as identidades, do ponto de vista da Teoria do Discurso, de Laclau e Mouffe (1985), são sempre incompletas, contingentes e ameaçadas: "a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas" (LACLAU E MOUFFE, 1985, P. 125). Os sentidos produzidos no interior do discurso estão fadados e limitados pelo discurso antagônico e exterior (ALVES, 2010).

2.5 DESENHO DE PESQUISA

Discursos são ao mesmo tempo únicos e unificados. Cada discurso tem sua própria construção particular em relação às identidades, isto é, cria suas diferenciações, justaposições e estão inseridos em uma determinada temporalidade. No entanto, os discursos estão situados

dentro de um espaço textual compartilhado, assim, implícito ou explicitamente o discurso traz consigo referências anteriores, para contestar ou corroborar. O discurso nunca é totalmente dado pelo próprio discurso, ele carrega consigo uma carga de outras leituras e interpretações (HANSEN, 2006). Como todo discurso é multifacetado e, por isso, carregado de diversos elementos que podem ser analisados de forma separada ou conjuntamente, é prudente que em uma pesquisa de análise discurso se estabeleça e se identifique de partida quais os sujeitos discursivos em questão. Ao identificar objeto e sujeito, novas questões precisam ser prontamente respondidas: quais discursos e textos estão no escopo da pesquisa e como identificá-los? A pesquisa precisa deixar clara sobre qual perspectiva temporal está trabalhando, isto é, qual a posição do discurso no tempo. Ao identificar a questão temporal na análise dos discursos, é preciso ainda analisar a questão dos eventos: estabelecer o que são eventos e como o discurso se insere e se relaciona nestes eventos. Para exemplificar o desenho de pesquisa, a estrutura de análise terá como base os métodos de trabalho propostos por Guilhaon Albuquerque (1993, p. 71-80) e Lene Hansen (2006, p. 66-84). A figura abaixo não esgota, mas simboliza o quadro de possibilidades metodológica da pesquisa em discurso, conforme veremos.

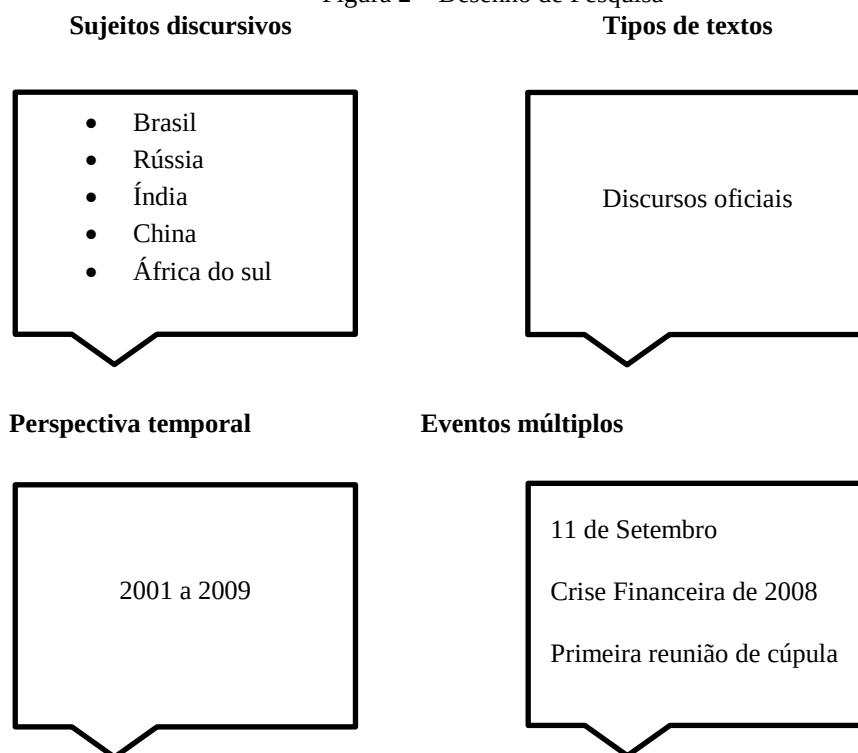
Figura 1 – Modelo de desenho de pesquisa



Modelo explicativo baseado no desenho de Lene Hansen (2006).

O modelo abaixo indica as decisões metodológicas do trabalho em questão, baseadas no objeto de pesquisa.

Figura 2 – Desenho de Pesquisa



Modelo baseado no objeto de pesquisa da pesquisa (elaboração própria).

Identificados os sujeitos, quem está apto a falar, a perspectiva temporal e quais eventos mais relevantes do ponto de vista da pesquisa em questão, resta agora apresentar em um quadro meramente explicativo identificando a quantidade de discursos, totalizando 22, a origem do discurso, a Assembleia Geral da ONU e quais sujeitos discursivos, os países BRICS.

Quadro 1 – Discursos selecionados

		Sujeito discursivo				
Assembleia Geral das Nações Unidas	2002	Brasil	Rússia			África S
	2003	Brasil	Rússia		China	África S
	2004		Rússia		China	
	2005		Rússia	Índia		
	2006	Brasil	Rússia		China	
	2007					
	2008	Brasil	Rússia	Índia		África S
	2009	Brasil	Rússia	Índia	China	

Elaboração própria.

2.5.1 Considerações sobre a metodologia

Todo discurso está inserido em um complexo de elementos sociais, “dados” a partir de um conjunto de interações. Nas relações internacionais, tais interações acontecem em diversas arenas da política: a Organização das Nações Unidas (ONU) é uma importante arena de embate político, mas também de cooperação entre as mais diversas nações. Por aglutinar diversas demandas específicas, a ONU é assim uma dos principais espaços de interação social quando o assunto é política estatal. Nela, os Estados e outras organizações sociais procuram representar e ser representados. Dito isso, o embate entre diferentes ideias, valores e interesses no âmbito das relações políticas internacionais é responsável pela fluidez das identidades, cujo resultado aparece nas ressignificações ou reconstruções de entendimentos político-sociais a partir dos discursos. Não menos importante, as relações diplomáticas – clássicas na formação do Estado Moderno – também são capazes de criar novas interações sociais e, por isso, fazem parte do espectro da análise em questão. No trabalho em questão, serão analisados discursos políticos de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas e a suas reverberações nas reuniões de cúpula do arranjo político. Nosso recorte abrange os discursos proferidos na Assembleia das Nações Unidas de 2002 a 2009, bem como o discurso resultante da primeira reunião de cúpula do BRICS, na Rússia, em 2009. A intenção é a de apresentar elementos discursivos de uma identidade contingencial e comum, bem como algumas problemáticas que envolvem a construção do arranjo.

3 COMO PENSAR O BRICS

A primeira década do século XXI pode ser caracterizada, do ponto de vista da política internacional, como tempo de grandes incertezas quanto ao futuro da ordem global. Desde o fim da Guerra Fria (GF), os principais teóricos das Relações Internacionais já sinalizavam que o mundo passaria por sensíveis mudanças. Tal prognóstico dialogou sem nenhuma incoerência entre as mais diversas correntes teóricas do campo das Relações Internacionais, desde o neorrealista Kenneth Waltz (2000), ao argumentar que a “multipolaridade” tinha lugar no continente asiático, particularmente na China, até o marxista Wallerstein (2004), que defende a tese do declínio do poder americano e, ainda mais, da queda do próprio sistema capitalista. Do lado da corrente liberal das Relações Internacionais, a noção de fim da história (FUKUYAMA, 1989) e a vitória do modelo liberal de democracia ancorados na supremacia norte-americana nos campos político, econômico e cultural, três décadas depois, passa por um período de revisão, uma nova fase nas relações entre os mais diversos atores do sistema internacional. Liberais, marxistas e realistas concordavam, apesar das diferentes correntes teóricas, com a tese de que o mundo estava em transformação e os Estados Unidos perdia poder relativo: militar, econômico e cultural (COX, 2007; IKENBERRY, 2008; ZAKARIA, 2008).

No Brasil, tais ideias foram e ainda são amplamente discutidas por acadêmicos e tomadores de decisão. A maior parte dos especialistas apostava na maior distribuição global de poder, ainda que vozes destoantes aparecessem com frequência⁵ para enriquecer o debate. Para corroborar com a ideia de declínio do poderio norte-americano, os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, e a crise financeira internacional (2008) foram experiências empíricas no processo de desgaste dos Estados Unidos na condução do mundo com única superpotência. Na política externa, a baixa atuação dos Estados Unidos nas Revoltas Árabes demonstrou para Botelho (2011, p. 118) o “retraimento político global” da potência global. Segundo a autora, o discurso⁶ de Barack Obama (2011) – sobre as prioridades da política externa estadunidense - demonstrava “a ausência de aspiração a um tipo de liderança internacional mais característico de um sistema com uma só superpotência do que do sistema misto pré-multipolar que se desenha [...]”. Soma-se ao sentimento de mudança na ordem global, os altos índices de

⁵ Fiori é um dos autores que, contra a corrente, defende a ideia de mito em relação ao declínio dos Estados Unidos. Ver em: L. Fiori, F. Serrano e C. Medeiros (2008) *O Mito do Colapso Americano*, Editora Record, Rio de Janeiro, p: 65

⁶ Obama, Barack – «Speech at the State Department». Acessado em: Jul. de 2015. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/19/remarks-president-middle-east-and-north-africa>>

crescimento econômico dos países emergentes na primeira década do ano 2000, empurrados pelo *boom* das *commodities*. A China, como o caso de maior sucesso ocupava àquela altura a segunda posição na economia global. Nesse contexto, cuja proximidade histórica pode dificultar o olhar mais acurado do pesquisador, novos discursos e interpretações sobre o momento da política internacional disputavam força, surgindo novos desafios e coalizões que até então era pouco provável no cenário externo. O BRICS está entre os novos arranjos da década passada. Na academia, o BRICS⁷ foi durante os primeiros anos motivo de atenção e debate. Antes de nos debruçarmos sobre o debate acerca do arranjo, faz-se necessário dar lugar ao BRICS no contexto internacional da década anterior.

3.1 Breve contexto

Um dos principais embates nas mesas redondas sobre a questão BRICS centrava em como analisa-lo, qual seria a abordagem mais correta para ler e entender o que era o BRICS? A leitura econômica acerca do arranjo prevaleceu até o ano de 2009, na ocasião da primeira reunião de cúpula (HERZ e DUTRA, 2013). Anterior a 2009, a explicação econômica⁸ era o motor para as discussões. O viés econômico para a emergência das novas potências, em particular dos países BRICS, dizia respeito ao aumento dos indicadores de riqueza como fator ordenador da hierarquia entre as nações. No entanto, tais argumentos não explicavam o porquê de outros países como, por exemplo, a Coreia do Sul, que tem melhor desempenho econômico que o Brasil, e a Argentina, que possui uma renda *per capita* superior aos BRICS, não fazerem parte do arranjo. O'Neill, economista chefe do banco Goldman Sachs, não pensou nas proporções que seu artigo tomaria ao criar, em 2001, o acrônimo BRIC e projetar que Brasil, Rússia, Índia e China superariam as demais economias do G6, indicando a perda de posição dos Estados Unidos para a China como maior economia do mundo. O'Neill focou

⁷ A escolha do termo “arranjo” para classificar o BRICS no projeto trata-se mais de um recurso para nomear o conjunto de países do que uma preferência por determinada definição. Igualmente, a escolha não representa uma compreensão a priori de uma dinâmica interna do BRICS.

⁸ Nas últimas décadas, o crescimento econômico sustentado pelos países emergentes tem caracterizado o início do século XXI. De 1971 até 2012, a taxa média de crescimento dos países em desenvolvimento foi de 4,98%, superando os 2,55% dos países desenvolvidos e puxando para cima a taxa média de crescimento mundial de 3,05%⁸. A elevada taxa de crescimento dos países em desenvolvimento foi impulsionada principalmente pela China. Na última década, a taxa média de crescimento deste país foi de 10,5%, enquanto a economia nos demais países do BRICS cresceu em média 6%⁸. Soma-se a isso, o fato de que em 2012, pela primeira vez na história, a soma do PIB (PPP) dos mercados emergentes e países em desenvolvimento superou a das economias avançadas. Crescimento do PIB baseado no PPP. Dados retirados a partir do World Economic Outlook Database do FMI. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>>.

estritamente na perspectiva de mercado e trouxe consigo outras diversas análises de viés econômico sobre o acrônimo (SAHNI, 2013).

A leitura dos dados econômicos dos países BRICS corroborava em favor da ideia de que o mundo estava em transformação. Apesar de os indicadores econômicos revelarem pujança, a primeira década do século XXI serviu para que os países em desenvolvimento, no geral, e os países BRICS, em particular, demandassem por mais participação nos processos decisórios das instâncias e foros globais das Nações Unidas e das instituições de *Bretton Woods*. A ordem global centralizada na unipolaridade⁹ dos Estados Unidos passaria por uma revisão durante as crises política e econômica da primeira década. Dentre as principais reivindicações, os líderes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul ansiavam por reformas institucionais, o caminho encontrado para acentuar a queda de poder relativo dos Estados Unidos que se mostrava evidente pós-11 de Setembro. A distribuição de poder no interior das organizações internacionais daria mais poder de veto e voto para os países BRICS. A assimetria entre direitos e deveres no interior das organizações internacionais, em especial no Conselho de Segurança, reproduzia, à luz dos discursos ao longo da década passada, uma ordem global entre Estados já inexistente (SOUTO-MAIOR, 2003).

O ataque às Torres Gêmeas, em 2001, e o estouro da crise financeira, em 2008, aumentaram ainda mais a especulação sobre a perda de poder dos Estados Unidos, além de aproximar Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Embora o discurso econômico apontasse para o caminho de mudança estrutural, historicamente não se verificou a relação causal entre crescimento econômico e aumento do poder político no âmbito das relações internacionais. Em um breve excerto histórico, lembrar-se-ia que Japão e Alemanha, a despeito da riqueza econômica, não conseguiram formar coalizões de poder para reivindicar mudanças na arquitetura das instituições internacionais como, por exemplo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ambas as nações não são membros permanentes). Etzioni (2012) vai mais além ao afirmar ser impossível relacionar poder econômico com poder político, segundo o autor, “atribuir poder aos países em desenvolvimento é juntar duas variáveis distintas”, isto é, economia e política. O cenário internacional, cuja luta por poder se mostrava mais aberta a novos desafios, levantava muitas perguntas e poucas respostas acerca da ordem global emergente. A disputa também ocorreu nos discursos acadêmicos, a que cada novo texto

⁹ O termo “unipolar” é amplamente utilizado por teóricos e estudiosos das Relações Internacionais. Nos discursos dos tomadores de decisão o termo também é usual. Sendo assim, a escolha do termo não designa uma posição teórica, senão uma escolha semântica que melhor explica ou interpreta o enunciado.

tentava interpretar o fenômeno BRICS. Abaixo, a síntese do debate sobre as distintas formas de interpretar o arranjo político no sistema internacional.

3.2 Interpretando o BRICS

Desde o surgimento do acrônimo BRIC (2001) – criado pelo economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O’Neill, em artigo intitulado *Building Better Global Economic BRICS*¹⁰, com objetivos de mercado e investimento – até a formação do arranjo com viés político-diplomático, especialistas em relações internacionais buscaram esclarecer seu significado, o porquê de seu surgimento e responder qual papel do BRICS na ordem global. Do ponto de vista conceitual, definir o BRICS implicava em estabelecer um termo capaz de clarificar o seu significado. Na literatura da década anterior, o BRICS era visto por alguns autores como uma aliança ou entente diplomática limitada (FLEMES, 2012; WOLFE, 2012). Em outras palavras, era possível classificar o BRICS, deste ponto de vista, como uma aliança flexível de baixa institucionalização. Segundo Daniel Flesmes (2010, p. 145), apesar de sua baixa institucionalização, “alianças flexíveis” como, por exemplo, o BRICS, são eficazes para “restringir, frustrar e prejudicar as políticas unilaterais de uma determinada superpotência”. Ainda assim, a definição do arranjo variava entre a narrativa de quase instituição, que credita ao BRICS a capacidade potencial de influenciar os rumos da ordem global, a um quase bloco, que visava a estabelecer uma imagem representativa diametralmente diferente da imagem do Ocidente (EMERSON, 2012). Acrescentando ao debate, Ikenberry (2011) negava a validade do BRICS enquanto um bloco, classificando o arranjo como coalizão artificial criada a partir de uma união política fundamentada na ascensão econômica.

No discurso oficial brasileiro, diplomatas e embaixadores convergiam ao falar sobre o BRICS. Para Ouro-Preto (2012, p. 109-110), “os BRICS constituem (*sic*) um conjunto que precisa ser examinado com redobrada atenção, ainda que não expresse uma aliança ou uma união estreita de Estados ou pretenda apresentar fórmulas precisas de reordenamento mundial”.

Na mesma direção, argumentava-se que o BRICS estaria mais próximo a uma associação de Estados do que de a uma aliança formal aos moldes do G7 (REIS, 2012).

¹⁰ O relatório pode ser lido na íntegra em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archivepdfs/build-better-brics.pdf>>.

Apesar da sua relevância, é preciso ponderar que discursos oficiais acerca do BRICS refletiam, sobremaneira, os interesses dos Estados.

A flexibilidade com que se classificou o BRICS no início do século e a dificuldade de inseri-lo dentro de uma terminologia pré-definida no campo de estudo das Relações Internacionais, tal qual o institucionalismo de Robert Keohane (1988) estimulou – com regras formais, crenças e responsabilidade dos atores, e como na prática se vê em algumas instituições internacionais, do tipo alianças militares (OTAN) ou nos casos em que há integração regional ou união econômica (União Europeia) –, revela o que Paulo Fagundes Vizentini (2012, p. 187) chamou de “falso debate sobre o BRICS”. Em um mesmo parágrafo, o arranjo podia ser chamado de aliança ou agrupamento, variando de institucionalidade mais rígida a mais frouxa. No entanto, essa flexibilidade nas interpretações pode ter explicação na concepção da própria ideia de BRICS. Em suma, parte dessa dificuldade se deve ao ineditismo do arranjo. A última vez que surgiu algo parecido na política internacional foi em meados da década de 1950, com a Conferência de Bandung, cujo objetivo era o de traçar o futuro de uma nova força política global entre os países não alinhados. Portanto, a ausência de experiência cognitiva (ADLER, 1999) motiva o debate para além de classificar e agrupar o objeto de estudo dentro de uma terminologia restrita.

Outro debate que também gera posições excludentes diz respeito ao papel do BRICS na atual ordem global. À medida que o arranjo BRICS se separava do acrônimo criado pelo banco de investimento Goldman Sachs, as incertezas também aumentavam. Parte delas e de outras dificuldades explicativas dizia respeito à própria formação do BRICS. Muitos analistas apontavam para a heterogeneidade do arranjo político como um problema de formação. Nessa perspectiva, o avanço do BRICS seria obstaculizado pela assimetria entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BURGES, 2011; ETZIONI, 2012). Em suma, o debate ocorria em torno das assimetrias de poder militar e político no sistema internacional. Rússia e China, por exemplo, são Estados-membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), enquanto os demais participavam como membros rotativos. Por isso, a suspeição de que ambos (Rússia e China) poderiam não cooperar para a reforma nas instituições internacionais, em particular o CSNU (SENNE, 2012; NYE, 2013), fato que não seria empecilho para a formação do arranjo. Igualmente, Rússia, China e Índia possuem armamento nuclear, enquanto Brasil e África do Sul não, fator este que demonstrava assimetria na relação de poder entre os Estados. Portanto, suspeitava-se da capacidade dos países BRICS em superar tais assimetrias em torno de crenças e identidades comuns (GRUNSTEIN, 2012), no entanto, ao longo da pesquisa isso não se mostrou fator relevante na construção do arranjo.

Contribuindo para o debate, Samuel Pinheiro Guimarães (2000) afirmava que os Estados periféricos não possuíam necessariamente interesses diretamente conflitantes e as condições para a construção de projetos dependia do compartilhamento de crenças comuns. No mesmo sentido, Antônio Jorge Ramalho (2012, p. 97), argumentava que “as intersecções de seus interesses explicam, em larga medida, as posições conjuntas, especialmente com respeito ao fortalecimento das estruturas de governança global integradas pelos Estados nacionais”.

Outra vertente de análise sobre o aparecimento do BRICS é a de viés econômico. Como já mencionado, o debate econômico baseado nos dados empíricos dos primeiros anos da década de 2000 ofereceu uma explicação amplamente aceita pela comunidade acadêmica acerca da formação do BRICS, demonstrado no extenso livro editado pela FUNAG sobre o BRICS¹¹. No entanto, analistas também enxergavam nas diferentes economias grandes obstáculos para o arranjo político. De fato, as diferenças econômicas são evidentes entre os países BRICS. A China, por exemplo, destoa dos demais, seu Produto Interno Bruto é maior que a soma dos demais integrantes do BRICS¹². Sua projeção no âmbito externo, além-mar, perpassa o seu entorno geográfico, avançando em seu projeto de desenvolvimento econômico *vis-à-vis* à cooperação com países emergentes, com mais vigor nos continentes africano e sul-americano¹³.

Por último, o debate se concentrou em torno da projeção internacional do arranjo. Parte das críticas se pautavam na ideia de que os problemas regionais eram os principais entraves para os países BRICS. Brasil e Índia, por exemplo, encontram dificuldades de se consolidarem como líderes regionais, parte da dificuldade se explica pela presença de rivais regionais, Argentina e China, respectivamente. Nesse sentido, desempenhar um papel de *global player* seria como pular uma etapa importante da sua construção de grande ator. Nessa ótica, as tensões da Índia com o Paquistão e a rejeição do Brasil como líder regional seriam igualmente sintomas da dificuldade de consolidação do BRICS (BURGES, 2011; ETZIONI 2012).

Na academia, além dos entraves regionais, novos estudos procuravam dar luz ao arranjo diante do contexto externo. O questionamento recorrente nos fóruns e mesas de discussão dizia respeito ao papel que desempenharia o BRICS na ordem global. Estava em

¹¹ O livro *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional (2008)* escrito por acadêmicos e diplomatas, dá o tom da amalgama que envolve o tema em questão. A pluralidade teórica e interpretativa acerca do BRICS é condição *sine qua non* para uma análise mais acurada da realidade.

¹² O PIB da China em 2014 foi de 10.36 trilhões de dólares, maior que a soma dos demais países BRICS.

¹³ O texto de Haibin Niu (2013) – *A grande Estratégia da China e os BRICS* – trata da construção da imagem exterior da China via cooperação sul-sul (BRICS).

curso o declínio de poder global dos Estados Unidos, sendo assim, como o BRICS se inseriria nesse contexto? Narrativas surgiram em abundância. De um lado, a crença de que o BRICS se manifestava como uma plataforma revisionista do *status-quo* e, de outro, a corrente de autores que classificava o BRICS como reformista e, portanto, um arranjo político que visava à manutenção da ordem global de modo a ganhar mais autoridade no seu interior (LIMA e CASTELAN, 2012).

Para Adam Wolfe (2012), o arranjo havia se transformado em uma aliança política, cujo objetivo era o de contestar as instituições econômicas criadas após a Segunda Guerra. Não obstante, o autor apontava para a visão particular de cada um dos cinco países quando o assunto era a reforma do Conselho de Segurança. Em contrapartida, a alegada participação do BRICS e dos demais países na ordem global estaria limitada à ideia de *stakeholder*, isto é: tornar-se parte responsável pela ordem global. Segundo essa visão (liberal), “as potências em ascensão são frequentemente inclinadas a apreciar os privilégios do poder sem cumprir suas obrigações”. Portanto, integrar tais Estados ao clube das grandes potências se tornaria condição primeira para a manutenção da hegemonia estadunidense (STEWART, 2010, p. 120). Nesse contexto, a ascensão do BRICS “estaria muito mais ligada à obtenção de maior peso na administração global”, do que “a mudança de tal ordem”, para o autor, os países do BRICS “querem uma participação maior, por exemplo, no FMI” sem, necessariamente, reformá-los, cabendo aos Estados Unidos o papel de acomodá-los no sistema internacional (STEWART, 2010, p. 130).

Do ponto de vista dos que veem no BRICS a plataforma ideal para a contestação da ordem e a reforma das instituições internacionais, o discurso é sintetizado pelo descredito nas instituições do pós-Segunda Guerra Mundial. Como elemento comum, argumenta-se que o BRICS desempenharia a função de reformista do atual sistema. Nessas análises, a transição ou perda de poder relativo por parte dos Estados Unidos abria possibilidades de mudanças no cenário internacional (BAUMANN; LIMA e CASTELAN, 2012; OURO-PRETO, 2012; PFEIFER, 2012; LAIDI, 2011).

Em resumo, nota-se que o debate acadêmico produziu muitos questionamentos acerca da importância do BRICS, da sua nomenclatura e de seu papel na política internacional. Na contramão, o interesse da pesquisa em questão é verificar movimentos anteriores, sintetizados no problema de pesquisa, qual seja: qual o papel do discurso na formação do BRICS. Nesse sentido, o presente trabalho foca em fatores que antecedem o BRICS, para em um segundo momento entender os seus primeiros passos. Como hipótese, o discurso dos países BRICS – tanto dentro do arranjo, quanto discursos externos – possibilitou aos Estados forjarem uma

identidade comum e contingencial, e desta identidade todas as suas especificidades e problemáticas que serão aqui tratadas. Considera-se igualmente importante apontar em qual contexto histórico aconteceu a ascensão do BRICS e quais foram as causas que possibilitaram seu surgimento.

4 BRICS: identidade, contingência e hegemonia

O objetivo deste capítulo é analisar qual papel o discurso desempenhou na formação do BRICS. A nossa hipótese é a de que o discurso forjou uma identidade comum e contingencial entre os países BRICS. Tal identidade teve como força motriz o contexto histórico da primeira década do século XXI, cujo aspecto econômico e político colocavam em evidência as potências emergentes (crescimento econômico) *pari passu* à ideia de declínio dos Estados Unidos, sublinhados nos eventos do “11 de Setembro” e na “crise financeira de 2008”. Como ferramental teórico, vamos nos valer da Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a partir da obra *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* (1985). O intuito é apresentar alguns elementos discursivos presentes na formação do BRICS ao longo da primeira década do ano 2000, a saber: contingência da identidade; prática articulatória; e hegemonia. E a partir de tais elementos investigar como estes possibilitaram a formação do arranjo político.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira parte, vamos contextualizar os discursos a partir dos impactos dos ataques do 11 de Setembro, mostrando como os discursos procuravam dar novos significados ao contexto de crise. Nesse sentido, o 11 de Setembro é o primeiro passo para o retorno à noção de declínio do poderio americano e, como consequência, ao vazio de poder deixado pela superpotência. Em seguida, vamos apresentar como os discursos de ascensão econômica dos países emergentes contribuíram para a ideia de que era preciso reformar as instituições do sistema ONU e como tal discurso foi articulado pelos países do arranjo político BRICS. Na sequência, a questão da contingência da identidade estará presente na terceira subseção, cuja crise financeira de 2008 é o episódio que precipita a criação do arranjo no formato que hoje conhecemos, quando o contexto da crise abriu espaço para novas interpretações sobre a realidade. Por último, procuramos apresentar os elementos discursivos presentes no primeiro documento oficial do BRICS, a primeira reunião de cúpula do BRIC, em 2009. Os discursos apontam para um encadeamento de articulações e percepções sobre a realidade social (internacional) que culminaram na formação do arranjo político.

4.1 11 de Setembro

O ataque às torres gêmeas, conhecido também como 11 de Setembro (2001), pode ser comparado em termos de magnitude histórica e de potencial de mudança no curso das

relações internacionais à queda do muro de Berlim (1989). Desde o esfacelamento da URSS o mundo não assistia a um evento tão marcante nas relações internacionais (LESSA e MEIRA, 2001). Os doze anos (1989-2001) que separaram o fim da Guerra Fria do 11 de Setembro foram suficientes para acelerar processos que já estavam em curso. Um desses processos, o qual caminhava mais ou menos retilíneo e que tem, para muitos autores, conexão direta com o ataque às torres gêmeas, é a globalização. O tema globalização figurou no centro do debate pós-11 de Setembro, reverberando nos discursos dos líderes mundiais na Assembleia Geral das Nações Unidas imediatamente ao ataque às torres gêmeas, a exemplo do governo russo e sul-africano, respectivamente: “The context of globalization pose a universal threat, and should be addressed at the global level” (IVANOV, 2002). “Fundamentally, this is the only credible response to the challenge of globalisation and the need to enhance human solidarity to meet our common needs” (MBEKI, 2002). Cabe, por hora, relembrar as principais características desta globalização, que na década de 1990 ganhou novo fôlego com a abertura comercial e a adesão de diversos países ao modelo de democracia liberal.

No campo econômico, a aceleração da globalização evidenciou-se mais fortemente no rápido crescimento das novidades técnico-científicas, intimamente ligadas à revolução das telecomunicações e da informática (a internet). No plano industrial, a internacionalização da produção pelas empresas transnacionais na década de 1990 estampou a fragilidade das fronteiras estatais frente a este fenômeno não novo, embora intensificado. O rápido processamento dessas novas tecnologias encontrou espaço exatamente no período em que o mundo observou o fim da ideia de bipolaridade, ou seja, o término do embate ideológico entre o capitalismo (EUA) e o comunismo (URSS) (RICUPERO, 2003; BARBOSA, 2002). O espaço político possibilitado pelo fim da Guerra Fria potencializou a ascensão das empresas transnacionais, em particular, as empresas norte-americanas, que buscavam novos mercados para além dos seus parceiros históricos.

Debates sobre o poderio norte-americano, sua projeção global e capacidade de responder a ataques terroristas cresceram. O campo de estudo de Relações Internacionais viu aumentar em quantidade significativa os estudos sobre Segurança Internacional e Terrorismo, as mais diversas correntes de pensamento se digladiavam a fim de apresentar à comunidade a melhor explicação sobre o 11 de Setembro e suas implicações (BUZAN, 2002). Na esteira dos ataques aos Estados Unidos, a retórica da administração George W. Bush instava aos americanos e aliados a crerem que os poderios militar e econômico da superpotência lhes conferiam capacidade de tomar decisões à margem dos órgãos multilaterais, como o Conselho de Segurança. Em detrimento do multilateralismo, pregado historicamente pelos Estados

Unidos, adotava-se o unilateralismo como resposta imediata aos ataques. Voltou à tona a nunca totalmente ausente ideia de transportar valores da sociedade norte-americana para países do Oriente Médio, a qual tinha como pano de fundo a noção de “civilizar” para evitar futuros riscos. Projetos como o de recriar o Iraque e o mundo árabe inteiro à semelhança do modelo de democracia liberal estavam entre os principais discursos do governo norte-americano (RICUPERO, 2003).

Em discurso ao congresso, o presidente George W. Bush declarava guerra global contra o terrorismo:

Nossa guerra contra o terror é uma disputa de vontades na qual a perseverança é poder. Nos escombros das torres gêmeas, no muro ocidental do Pentágono e num campo da Pensilvânia, este país fez uma promessa, e nós renovamos essa promessa nesta noite. Seja qual for a duração desta luta e sejam quais forem as dificuldades, não permitiremos a vitória da violência nos assuntos dos homens; o rumo da história será determinado por pessoas livres. Hoje, o maior perigo na guerra contra o terror, o perigo mais grave diante da América e do mundo, é aquele formado pelos regimes fora-da-lei que buscam e possuem armas nucleares, químicas e biológicas¹⁴ (BUSH, 2003).

A “Guerra ao Terror”, termo cunhado pela administração Bush, dividia o mundo entre os que apoiavam os Estados Unidos (na empreitada contra o terror), dito o eixo do bem, e os que não apoiavam, o eixo do mal. O discurso de G. W Bush teve efeito imediato. Surgiam assim os primeiros apoios aos Estados Unidos, desde Arafat, que ofereceu ajuda palestina aos feridos no ataque às torres gêmeas, até Fidel Castro, que de Havana proclamava apoio ao povo norte-americano (SAINT-PIERRE, 2015).

Àquela altura (2003), o congresso dos Estados Unidos, à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, já havia dado o aval ao presidente dos Estados Unidos para invadir o Iraque, como forma de retaliação aos atentados terroristas do 11 de Setembro, a despeito de o relatório dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) não confirmar que o regime de Saddam Hussein possuía armas nucleares¹⁵. Manifestações contrárias à iminente invasão dos Estados Unidos ao Iraque correram mundo afora, protestos aconteceram no Brasil, na Europa, no Japão e em países do Oriente Médio. Entoando o coro contra a “Guerra do Iraque” que estava por vir, nem a crítica do Vaticano, tampouco a falta de

¹⁴ Discurso do presidente dos EUA, George W. Bush, para o Estado da União, proferido no Congresso americano (2003). Íntegra em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3001200302.htm>>.

¹⁵ Mais tarde viria a confirmação de que o Iraque não possuía tais armas. Ler texto que resume a questão da farsa das armas químicas no Iraque: *What We Didn't Learn From The Hunt For Iraq's Phantom Arsenal* (2007)

apoio das Nações Unidas, impediram que a administração Bush iniciasse a sua empreitada rumo à “guerra contra o terror”.

O forte traço do unilateralismo na política externa do governo Bush pós-11 de Setembro conferiu aos Estados Unidos celeumas no curto e médio prazos. Os aliados minguaram e o antiamericanismo nunca foi tão forte na história. Lado a lado com a ação militar contra o Iraque, em claro desafio a Carta das Nações Unidas, estava o temor de que a ofensiva se estenderia para outros países da região. Com isso, a rejeição à guerra, a desproporcionalidade de poderio militar entre os dois lados do conflito e a perda de apoio dos países árabes (e ocidentais) eram resultados de curto prazo do unilateralismo pós-11 de Setembro (RICUPERO, 2003).

Nesse contexto, a primazia do Estado forte sobre o mercado e a economia estava posto. O segundo plano da economia nas prioridades dos Estados Unidos eram observados desde o seu déficit orçamentário, voltado quase exclusivamente para prover a máquina militar (exército e inteligência), até a deterioração da política macroeconômica do governo Bush (RICUPERO, 2003), a qual àquela altura já estava comprometida pela série de escândalos e crises envolvendo verdadeiros “mitos do capitalismo das chamadas *WorldCom*”¹⁶.

O 11 de Setembro criou entraves à globalização e ao multilateralismo. “A construção do multilateralismo contemporâneo foi ameaçada pelas atitudes sucessivas dos EUA” (BARBOSA, 2002, p. 82). Nesse contexto, os Estados Unidos não estavam dispostos a assumir novos compromissos multilaterais, especialmente àqueles que redundassem na diminuição da liberdade e autonomia daquele país. Nesse sentido, o papel da ONU estava em xeque, posto que a sua legitimidade também já era bastante contestada pelos países em desenvolvimento.

Os discursos dos líderes tanto dos mercados emergentes quanto dos países em desenvolvimento, e nisto se inclui os países BRICS, apontavam para um mundo diferente daquele do fim da Guerra Fria. A despeito de o 11 de Setembro ter suscitado um forte debate acerca da questão da segurança global, voltava a ganhar força, assim como na década de 1970/80, quando temas como o meio ambiente e às finanças internacionais vieram à tona, a ideia de que: problemas globais requereriam soluções globais. Em clara resposta ao unilateralismo dos Estados Unidos, países em desenvolvimento reivindicavam na Assembleia Geral das Nações Unidas à necessidade de fortalecimento das instâncias multilaterais, em geral, e das Nações Unidas, em particular.

¹⁶ Leia mais sobre a crise das WorldCom: <aqui: <http://www.seesp.org.br/imprensa/je192opinioao.htm>>

When we met here last year, we were all concerned about what would happen to Iraq. At the same time, we were concerned about what role this organization, the United Nations, would play in the resolution of the Iraq affair. Dramatic events since then have provided answers to these questions (MBEKI, 2003).

However, these dramatic events have raised important and disturbing questions about the very future of the United Nations. Central among these is the question does the United Nations have a future as a strong and effective multilateral organization, enjoying the confidence of the peoples of the world, and capable of addressing the matters that are of concern to all humanity! (AFRICA DO SUL, 2003).

A paz, a estabilidade, os direitos humanos e o crescimento econômico faziam parte do pacote de bens públicos que entrariam na agenda de debate internacional pós-11 de Setembro, em uma clara alusão à ideia de que o terrorismo estava intimamente ligado à miséria e a outras mazelas do mundo capitalista e, portanto, não era possível separar a segurança dos demais temas globais (SEITENFUS, 2002; SATO, 2003). Nas palavras de Lula na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2003, “o verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror”. Na mesma linha do Brasil, os russos reivindicavam a luta contra o terrorismo pela via social:

Terrorism increasingly interweaves with drug trafficking. The drug flow from Afghanistan has acquired a global significance. The implementation of a set of social, economic and law-enforcement measures within and outside the country becomes more urgent than ever. One of the key elements of this strategy lies in strengthening the existing anti-drug "security belts" and creating new ones (LAVROV, 2004).

Diante do contexto de instabilidade internacional, líderes dos países BRICS levavam à instância de maior representatividade da ONU, a Assembleia Geral das Nações Unidas, suas preocupações com relação à segurança, à fome, ao recrudescimento do multilateralismo e à arquitetura institucional econômica. As raízes de tais problemas (insegurança, miséria e instabilidade do capitalismo) já estavam postas muito antes da virada do século XX para o

XXI, embora o ataque às torres gêmeas e as recorrentes crises financeiras nas economias em desenvolvimento trouxessem à tona a necessidade de se discutir soluções para além das fronteiras nacionais.

O discurso do governo brasileiro em setembro de 2002 (na Assembleia Geral das Nações Unidas) não fugiu à regra. O então Ministro das Relações Exteriores (MRE), Celso Lafer, reiterava a necessidade de reformas na ONU a fim de evitar que a principal instância de cooperação multilateral perca a sua legitimidade. Segundo Celso Lafer (2002),

Assim tem sido a política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso no correr dos oito anos dos seus dois democráticos mandatos, na qual orientações fundamentais são recorrentes: democratizar as instâncias decisórias; - superar o déficit de governança existente no plano internacional; - estabelecer uma nova arquitetura financeira e dar resposta eficaz à volatilidade dos fluxos de capital; - defender um sistema multilateral de comércio que seja justo e equilibrado; - corrigir as distorções que surgem de uma economia que se globaliza, ao lado de processos políticos e institucionais que não se globalizam; - afirmar os valores dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável; Estes são desafios que não podemos enfrentar sozinhos (LAFER, 2002).

Um ano após o maior ataque em solo estadunidense, a chancelaria ressaltou o caráter multilateral da cooperação brasileira. O Brasil tratou do tema terrorismo como uma questão de ordem global e, por isso, asseverava a necessidade de “um trabalho cuidadoso e persistente de criação de parcerias, de elaboração de arranjos cooperativos consistentes com o sistema multilateral das Nações Unidas” (LAFER, 2002). O esforço em sublinhar o importante papel

da ONU para as relações interestatais estava inserido no pacote de respostas às medidas unilaterais adotadas pelo governo G.W. Bush. A Rússia, de Vladimir Putin, igualmente ressaltava a época o caráter multilateral dos problemas que os Estados Unidos enfrentavam, problemas estes vistos pela chancelaria russa como globais e, por isso, problema do conjunto de nações:

The United Nations should undoubtedly be the central element of such a structure. Indeed, the UN is called upon to guarantee further that the efforts of the international community in its struggle against new threats and challenges rest on the solid basis of international law (IVANOV, 2002).

Notava-se, pois, que a atuação das grandes potências no provimento de ações cujo objetivo era a manutenção da ordem internacional estava em declínio. Surgiam, na primeira

metade dos anos 2000, novas tendências de coalizões e blocos específicos com viés multilateral. Do ponto de vista da necessidade de se prover estabilidade ao sistema, era possível verificar que as novas coalizões internacionais complexificavam a ideia de uma só superpotência garantidora do sistema e dos regimes internacionais. A ardilosa articulação das novas coalizões políticas como, por exemplo, o IBAS, estava justamente na noção e necessidade de intervenções específicas, em detrimento daqueles organismos internacionais mais abertos e que tinham no seu cerne a multiplicidade de temas. A novidade no pós 11 de Setembro era a de que os conflitos crescentemente pressupunham articulações políticas entre os mais variados atores e condições de funcionamento (LESSA e MEIRA, 2001).

A Guerra ao Terror – a primeira, no Afeganistão, iniciada em 2001, e que dura até os dias atuais; a segunda, no Iraque, iniciada em 2003, e encerrada no governo Obama em 2011, cujo resultado desembocou na não vitória norte-americana – teve consequências devastadoras para os Estados Unidos. Segundo Michael Cox (2007, p. 651, tradução nossa), “a não compreensão do atoleiro que era a Guerra do Iraque e o esquecimento das implicações que esse tipo de guerra pode trazer, vide as analogias com o Vietnã, acelerou ainda mais o processo de declínio norte-americano”.

A falta de prestígio político, de um lado, e a falta de recursos financeiros para manter duas frentes de guerra, de outro, fazem parte do intenso debate que se seguiu na primeira década do século XXI, a saber: estariam os Estados Unidos em declínio? O debate acerca do declínio ou não dos Estados Unidos voltou à tona com a dificuldade enfrentadas no Iraque e mais tarde com a crise financeira de 2008, tendo como epicentro a economia norte-americana. A soma das crises de 2001 e 2008 dava indicações de que mudanças estavam acontecendo com a ordem global, necessitando de interpretações que dessem conta do que seriam tais mudanças. Como a política internacional é também discurso, não obstante o debate “declinistas”, a primeira década do século é percebida como um momento de transição. O “vazio” deixado pelos Estados Unidos, percebido pelos países em desenvolvimento, ultrapassava a fronteira dos fatos, discursar sobre, procurar novos significados faziam parte das ações políticas. Se crises abrem fendas de significados (LACLAU e MOUFFE, 2015) e estas buscam preenchimento (novos discursos), os países BRICS procuravam dar novos significados à realidade internacional. O conflito de linguagem, o qual se buscava a vitória e a hegemonia colocavam, de um lado, os velhos discursos acerca da ordem global, unipolar pós-queda do muro de Berlim e, de outro, a ideia de um mundo multipolar, com o poder se fragmentando.

É nessa direção que Li Zhaoxing (2003), Ministro das Relações Exteriores da China, exortava as outras nações na Assembleia Geral das Nações Unidas a olharem o mundo não mais “unipolar”, como até então era observado. Segundo Zhaoxing (2003)

In a multi-polar world, countries should respect and consult with each other politically, strive for common development by helping each other economically, prosper together by drawing on each other's strength culturally, and jointly maintain security through mutual trust, thus working hand in hand to realize peace and prosperity of mankind (ZHAOXING, 2003).

A predição de que o mundo é multipolar indicava, na visão da política externa chinesa, entre outras coisas, a internalização e a propagação das ideias “declinistas” sobre os Estados Unidos, que iriam culminar mais tarde na interpretação da crise financeira de 2008. A percepção sobre a nova realidade internacional é melhor explicada se levarmos em consideração que a realidade é linguagem e, portanto, mutável e adaptável à subjetividade dos agentes. Isso não implica em simplesmente afirmar, como os construtivistas o fazem, que a “realidade é socialmente construída” (WENDT, 1992), o contrário, que há uma realidade/verdade e ela está sujeita a interpretações, e estas interpretações são parte da disputa política ou parte da disputa por hegemonia, conforme Laclau e Mouffe (2015).

Paralela à ideia de um mundo multipolar pós-11 de Setembro estava o discurso de reafirmação das Nações Unidas como importante arena de cooperação. Seja em defesa de decisões multilaterais, seja na tentativa de dificultar a ação unilateral dos Estados Unidos. Brasil, Rússia, China e Índia se comportavam de forma bastante parecida quando o assunto era Guerra do Iraque. Indianos (VAJPAYEE, 2003) pediam “autonomia para o povo iraquiano reconstruir sua nação”; Russos afirmavam que sem a participação da ONU seria impossível qualquer sucesso no Iraque

Here the position of Russia is consistent and clear: only direct participation of the United Nations in the reconstruction of Iraq will give its people an opportunity to independently decide their future. And only active, practical assistance of the United Nations to its economic and civil transformation will enable Iraq to take a truly new and worthy place in the world community (PUTIN, 2003).

Havia, naquela situação, um medo generalizado dos ataques terroristas. A Rússia sofria pressão terrorista por parte dos chechenos e em Bagdá morria um dos mais importantes

diplomatas do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Sergio Vieira de Mello¹⁷, em um ataque terrorista à sede da ONU.

Em 2005, atentados terroristas se estenderam por diversas regiões. O ataque ao metrô de Londres, em junho de 2005, recolocou o tema do terrorismo no centro das preocupações internacionais. Ataques na Jordânia e uma série de protestos na periferia das cidades francesas manteriam a atenção da comunidade internacional voltada para o crescente hiato entre os chamados valores ocidentais e o fundamentalismo islâmico. O assassinato do líder *Rafic Hariri*, em Beirut, aparentemente instigado pela Síria, abria novo período de conturbação naquele país que, finda a ocupação israelense, se reconstruía e se modernizara com rapidez. Sharon formaria um novo Governo de União Nacional em Israel, abria entendimentos com o Governo palestino de M. Abbas, que substituíra Arafat, e iniciaria a retirada israelense da Faixa de Gaza sob fortes críticas internas e amplo descrédito internacional.

Nesse sentido, o pós-11 de Setembro de 2001 é para o mundo um momento de extrema complexidade. A virada do século XX para o XXI é muitas vezes interpretada como o início de uma grande inflexão nas relações internacionais contemporâneas (LESSA e MEIRA, 2001). O tema da segurança internacional é reintroduzido na agenda política, ainda que questões relativas à cooperação internacional e à nova geografia econômica, reafirmadas a partir da crise financeira de 2008, ganhavam notório espaço e serão elementos essenciais e presentes nos discursos dos países BRICS.

4.2 A ascensão das economias emergentes

Na década de 1990, as conjunturas política de ordem interna (desigualdade social) e externa (Estados Unidos no auge do seu poderio pós-Guerra Fria) dificultavam prognósticos mais favoráveis para os países em desenvolvimento. Não obstante a ideia de coalizões entre países distintos, próximos tão somente no que diz respeito ao seu tamanho geográfico e populacional, não seja totalmente nova¹⁸, não havia no cenário internacional qualquer projeção ou ideia semelhante ao arranjo político BRICS. As dificuldades no âmbito doméstico de cada um dos países BRICS e a consolidação do grupo das sete economias mais industrializadas, o G7 (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá),

¹⁷ *O homem que queria salvar o mundo* (2008), livro escrito pela jornalista norte-americana Samantha Power, retrata a brilhante carreira do brasileiro Sergio Vieira de Mello nas Nações Unidas, com grande riqueza de documentos e pesquisa.

¹⁸ Ver mais em: George F. Kennan. *Around the Cragged Hill: a Personal and Political Philosophy*. New York, Norton, 1993.

como principal foro de discussão sobre os rumos da economia global, eram fatores que obstaculizavam as demandas dos países em desenvolvimento. A percepção amiúde de que os países em desenvolvimento deveriam [antes] “resolver seus problemas internos” para [em seguida] “pleitear mais voz no cenário internacional” estava cristalizada nos tomadores de decisão. Na década de 1990 se consolidava a ideia de que o engajamento local e regional serviria como escala para alçar voos mais longos. A posição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, era taxativa: “o processo de integração não é concebido como um fim em si mesmo, mas como instrumento para uma participação mais ampla no mercado global” (LAMPREIA, 1999, p. 135).

A virada do século trouxe novos elementos no embate político internacional. Em evidência, o *boom* econômico dos países BRICS mudava a forma como eram vistos. A clássica capa da revista britânica, *The Economist*, em que o Cristo Redentor aparece decolando, *Brazil Take Off* (2009)¹⁹, era só uma parte de como os países em desenvolvimento, em particular os países BRICS, eram enxergados. Os antecedentes ao *boom* econômico retomam a década de 1990. No entanto, é a partir dos anos 2000 que o crescimento econômico é revertido em prestígio e, portanto, motivo de novas percepções acerca da realidade internacional.

A evolução econômica dos países em desenvolvimento, em geral, e dos países BRICS, em particular, chamou a atenção na primeira década do ano 2000. Relatórios se somaram às análises de mercado e de projeção dos países BRIC (BRICS sem a África do Sul). Na origem do acrônimo estavam os relatórios²⁰ do banco de investimento Goldman Sachs. Estes ofereciam aos investidores novos mercados para investimentos a médio e longo prazos, além de apontar a evolução das economias de Brasil, Rússia, Índia e China.

Como ideia precípua, a previsão era a de que o BRIC teria – em um futuro próximo – um desempenho econômico superior aos países do G7 (GLOBAL ECONOMICS PAPER, 2003). As projeções de crescimento apontavam para uma participação maior dos países BRIC no PIB mundial. O relatório do banco Goldman Sachs, em 2003, considerado o mais importante no aspecto político-econômico, aumentava as previsões em relação ao acrônimo, igualmente ressaltava o caráter transnacional da economia global. Segundo o relatório do

¹⁹ Fonte: *The Economist*. Link: < <http://www.economist.com/node/14845197>>.

²⁰ Primeiro relatório “Building Better Global Economic BRICs”, produzido pelo Banco Goldman Sachs, em 2001. Fonte: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Segundo relatório “Dreaming With BRICs: The Path to 2050”, produzido pelo banco GoldmanSachs, em 2003. Fonte: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>>.

Goldman Sachs²¹, os BRIC estariam entre as seis maiores economias do mundo, juntamente com Estados Unidos e Japão. O relatório que previa [rápida e segura] ascensão econômica reverberou nos tomadores de decisão dos países BRIC, que enxergavam na economia o caminho mais rápido para um sistema internacional multipolar, globalizado e, portanto, mais pulverizado em termos de poder.

Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2004, um ano após relatório do Goldman Sachs, o governo chinês discursava sobre “paz, desenvolvimento e cooperação”, instando que “a multipolaridade e a globalização econômica diminuam a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento” (ZHAOXING, 2004). Em direção parecida, o Primeiro Ministro da Índia, Natwar Singh demonstrava a importância das instituições globais em um mundo cuja principal característica era seu caráter “transnacional” (SINGH, 2004).

A atenção dos líderes dos países BRICS estava dividida entre a questão de segurança e a questão de desenvolvimento e cooperação. No que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação, o Brasil ressaltava sua rápida estabilidade, a qual resultava em um país com menos miséria e fome.

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial, que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. Desde que, livre e justo, o comércio internacional, será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos (SILVA, 2006).

Para a chancelaria brasileira o desejo e a possibilidade de buscar outros caminhos de cooperação e desenvolvimento internacional estavam mais do que nunca em evidência. Nesse sentido, o elogio de Lula ao G-20, no mesmo discurso (Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006) parece emblemático. Aumentar a capacidade de negociação diante dos países centrais estava no cerne das questões econômicas dos países desenvolvimento e do Brasil. Para o mandatário brasileiro, “a velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade. O Brasil, juntamente com seus parceiros do G-20, está empenhado nessa tarefa” (2006).

A euforia acerca do BRIC dizia respeito não apenas às taxas de crescimento elevadas, mas, sobretudo, às dimensões das economias desses quatro países *pari pasu* ao crescimento

²¹ Ver mais em: *Dreaming With BRICs: The Path to 2050* (2003). Fonte: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>>.

econômico continuado. A ascensão e a influência do BRICS pareciam anunciar a emergência de um sistema internacional multilateral. O prestígio das potências emergentes ainda suscitava as mais diversas elucubrações: “a ascensão do sul e a crescente influência das potências emergentes parecem anunciar um sistema internacional pós-Occidente ou pós-hegemônico, com novas constelações de poder e de riqueza, desafiando hierarquias e equilíbrios consolidados” (SANAHUJA, 2016, p. 53); muito dessas análises se baseavam em leituras como *O Mundo Pós-Americano* (ZAKARIA, 2008), cujo principal argumento era que o século XXI veria a queda da ordem global norte-americana.

Não apenas no Brasil, mas nos demais países BRICS a virada do século reservava novos rumos nas relações internacionais. O cenário político-econômico dos países em desenvolvimento nos primeiros anos do século XXI foi bastante diverso daquele anterior. A China começava a colher os frutos das elevadas taxas de crescimento econômico, tornando-se, nos primeiros anos do século XXI, a segunda maior economia do mundo (ultrapassando os Estados Unidos como maior exportadora global). A Rússia, após uma década (1990) claudicante, estabilizava a sua economia e já figurava entre as 11 maiores economias do globo. A Índia, impulsionada pelos serviços e por uma população gigantesca, consolidava-se entre as 10 maiores economias do mundo. O Brasil, por sua vez, tornava-se a sexta maior economia. No continente africano, após o fim do Regime do *apartheid*, a África do Sul reconstruía a sua imagem perante a sua população e a opinião pública externa, ao passo que fortalecia seu regime democrático e sua economia.

Quando, em 2005, o G8²² decide convidar outros países, entre eles, Brasil, México e China, para participar das reuniões do agrupamento, processo mais conhecido como *outreach* G8+5, era uma evidência de que mudanças estavam em curso e não era possível ignorá-las (REIS, 2012). Apesar disso, a participação *ad hoc* no G8 não escondia o descontentamento dos países em desenvolvimento no que diz respeito à baixa representatividade nos órgãos decisórios das Nações Unidas. O crescimento econômico aumentou o prestígio dos países em desenvolvimento. A coragem de se lançar em novas frentes e a capacidade de articulação entre seus pares elevou a ideia de reforma de todo o sistema ONU a um patamar bastante significativo. Não é descartável o fato de o governo indiano repetir insistentemente a necessidade de aumentar a legitimidade do Conselho de Segurança e de reformar as instituições de *Bretton Woods*, discursos reiterados por Brasil e Rússia, respectivamente:

²² Grupo dos sete países mais desenvolvidos e a Rússia.

“The recent crises warn us that until the UN Security Council is reformed and restructured, its decisions cannot reflect truly the collective will of the community of nations” (VAJPAYEE, 2003).

“We have to build on this to ensure the reform of Bretton Woods institutions and the restoration of the central role of the UN in setting the international economic agenda” (SINGH, 2005).

“The revitalization of the General Assembly is intertwined with the reform of the Security Council, and it no coincidence that its reform too has long been frustrated” (MUKHERJEE, 2006).

“o projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável da atualização do Conselho de Segurança” (SILVA, 2006).

“As regards the expansion of the UN Security Council membership we will welcome the proposals that not divide the UN member State but facilitate the search for mutually acceptable compromises and are instrumental to a wide agreement (LAVROV, 2006).

No mesmo passo da estabilização econômica, Brasil, Índia e África do Sul iniciaram a década de coalizões políticas. Constituiu-se, em 2003, o fórum trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), bem como as Cúpulas birregionais ASA (América do Sul-África) e ASPA (América do Sul-Países Árabes). O início da década observa a criação de diversos grupos de trabalho e cooperação. Boa parte desses agrupamentos tinha como objetivo trabalhar as reformas do sistema ONU. O G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) tratava exclusivamente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; o BASIC, que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China travava das negociações sobre mudança do clima; o G20 se concentrava na agenda econômica global. O G-4 unia economias consolidadas, Japão e Alemanha, a economias em desenvolvimento, Brasil e Índia, no intuito de dar mais credibilidade e melhorar o índice democrático do Conselho de Segurança: “a change in the composition of the UN Security Council is an imperative. The G-4 framework resolution has made UN reform a central issue, which can no longer be ignored or disregarded” (SINGH, 2005).

É na esteira dessa virada de percepção sobre a realidade internacional, conforme assinala o governo russo na AGNU, em 2006, “trend of an emerging multipolar architecture of international relations” (LAVROV, 2006), ou sobre si mesmo, de acordo com o governo chinês (2006), “China will continue to demonstrate to the world that it is an important force

for global Peace and development and that the Chinese people will remain trustworthy friends and partners of cooperation of the world's people" (ZHAOXING, 2006), que a ideia BRIC começa a se consolidar na primeira reunião informal, coordenada pela Rússia, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006.

A reunião informal em 2006 é o primeiro passo rumo à criação do arranjo político, o qual em 2007 volta a se reunir à margem da AGNU constatando o desejo dos líderes de Brasil, Rússia, Índia e China em ampliar e aprofundar o diálogo em torno de interesses comuns. Em 2008, portanto, os chanceleres dos países BRIC se reúnem pela primeira vez formalmente na Rússia. A primeira reunião formal de chanceleres realizar-se-ia já em 18 de maio de 2008, em Ecaterimburgo, marcando o momento preciso em que o BRIC deixou de ser um acrônimo voltado para o mercado financeiro – cuja ascendência na ordem econômica internacional era explorada pelos bancos de investimento – para se tornar um arranjo político de fato (REIS, 2012).

O descolamento dos países mais industrializados (G7) está presente em boa parte dos discursos dos líderes dos países BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas, particularmente, naqueles que evocam culpados e prejudicados nas crises do sistema interestatal. Ainda que de forma não coordenada, a identidade relacional Nós/Eles se fazia presente quando o assunto era desenvolvimento e cooperação. A ideia BRIC saía das mesas de discussão à margem da ONU para se tornar realidade no maior encontro de líderes mundiais da Organização das Nações Unidas. Segundo o governo russo, a promoção da cooperação e diplomacia do país passava pela construção de relações extrarregionais:

Russia is consistently implementing its network diplomacy and promoting cooperation in various possible formats: SCO, BRIC, partnership mechanisms with EU, ASEAN, Organization of Islamic Conference, League of Arab States and regional organizations in Latin America (LAVROV, 2008).

A percepção do governo russo girava em torno da noção de estabelecer novos padrões de cooperação para o desenvolvimento, em consonância com os demais países BRIC, por exemplo, o governo brasileiro, cujas mudanças do século XXI eram vistas como oportunidade para desenvolver econômica e socialmente o seu país. Tanto o Brasil quanto a Rússia legitimavam um discurso restrito aos países em desenvolvimento, buscando torná-los

discursos “universais”²³. A fala do mandatário brasileiro, na oportunidade da Assembleia Geral de 2008, clarifica outra característica importante do discurso, a saber, a identidade relacional:

Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs (SILVA, 2008).

A noção de Nós/Eles (em desenvolvimento/desenvolvidos), como parte fundamental para forjar identidades (relacionais), fica ainda mais clara quando estoura a crise financeira de 2008. O primeiro encontro formal dos líderes dos BRIC, conforme já vimos, acontece antes de estourar a bolha hipotecária nos Estados Unidos. Conforme Reis (2012, p. 51), “os países dos BRICS já trabalhavam em uma agenda econômica, antes da quebra do banco Lehmann Brothers (setembro), e também antes da primeira reunião do G20 em nível de Chefes de Estado e de Governo”. No entanto, a crise financeira potencializa o que estava em curso.

Como pano de fundo da crise financeira internacional de 2008, líderes dos países BRICS e acadêmicos ressaltavam o caráter transitório da ordem internacional pós-11 de Setembro: “a transição lenta, porém segura, do sistema internacional para uma estrutura multipolar é uma suposição frequentemente presente em avaliações políticas de lideranças e *policy-makers* de países emergentes” (NOGUEIRA, 2005).

Os discursos proferidos até então são de suma importância, pois não são apenas reflexos do que é a realidade. Ou seja, a sua relevância está justamente na produção de significados e na construção de uma realidade dentro de um determinado espectro de poder (RESENDE, 2012). Transferindo aos BRICS, os discursos dos líderes na Assembleia Geral ou nos pronunciamentos do arranjo político, resultado das reuniões de cúpula, estabelecem no ambiente público novos parâmetros para o debate. A ascensão econômica possibilitou nos primeiros anos do século XXI legitimar novos significados particulares da realidade, para o qual a multipolaridade com mais ou menos força esteve no centro do debate sobre o 11 de Setembro e, como veremos, estará na famigerada crise financeira de 2008.

²³ Embora não tenhamos discutido a fundo, a característica de transpassar “discursos exclusivos para universais” está presente na teoria discursiva de Laclau e Mouffe (1985).

4.3 Crise financeira de 2008

Também conhecida por crise dos *subprimes*, a crise financeira internacional tem origem no mercado norte-americano de hipotecas, em meados de 2007. Porém, é em 2008 com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers que esta adquiriu proporções globais, tornando-se mais do que uma crise doméstica do capitalismo, uma crise sistêmica. A grande novidade está, em primeiro lugar, no epicentro da crise financeira – Estados Unidos, país de economia desenvolvida –, em segundo, na diferença da forma e do conteúdo da crise. A crise financeira de 2008 foge ao padrão daquelas verificadas nos anos anteriores. Aquelas estavam relacionadas a crises de balanço de pagamentos, comum entre os países em desenvolvimento na década de 1990, quando estes baseavam crescimento econômico a partir da poupança externa, isto é, com altos índices de déficit em conta corrente e endividamento externo (FARHI et al., 2009; PEREIRA, 2009).

Em agosto de 2008, após a quebra de algumas das principais instituições financeiras norte-americanas, a crise já era percebida como gravíssima e logo se tornaria uma crise comparável apenas ao *crush* de 1929. A crise no sistema financeiro internacional atinge rapidamente as principais economias do mundo – além dos Estados Unidos, a Europa e o Japão. Um ano antes da formação do BRIC, líderes de Brasil, Rússia, Índia e China (ainda sem a África do Sul, que só foi incorporada em 2010) já davam sinais claros de articulação discursiva, ou seja, a presença de elementos mesmo que separados operando em fragmentos de uma estrutura perdida: as seguidas crises do início do século²⁴.

Como crises sugerem procuras por significados, de modo geral, a noção central de contingência está intimamente ligada a estes momentos. Crises financeiras ou rupturas no sistema internacional, bem como transformações na sociedade (e aqui podemos aplicar tais transformações à sociedade internacional) abrem espaço para o que Laclau e Mouffe (1985) caracterizaram como “excesso de significado”. Um discurso, nesse sentido, nunca pode ser totalmente esgotado, ao passo que todo discurso, e isso inclui o discurso político dos líderes dos países BRICS, procura impor uma determinada ordem, para um determinado campo de significação. Ademais, como identidades são relacionais e, portanto, dependentes do Outro para valer suas diferenças, eles mesmos são dependentes e vulneráveis àqueles significados que são necessariamente excluídos em qualquer articulação discursiva – isso é o que Laclau e Mouffe (1985) chamam de exterior discursivo. Significa, portanto, que os momentos

²⁴ Referimo-nos aqui ao 11 de Setembro e à crise financeira de 2008, ambas inseridas na ideia de mudança do mundo unipolar para multipolar (ruptura).

necessários a um discurso são também penetrados pela contingência, por fatores que fogem ao controle do homem, neste caso, pelo contexto da crise financeira e 2008.

Dito isso, a crise financeira de 2008 serviu aos países BRICS como oportunidade para fortalecer o discurso de declínio dos Estados Unidos e de reforma das instituições internacionais. Com *Wall Street* no epicentro da crise, a fragilidade das instituições financeiras americanas, bases da arquitetura financeira que impulsionou a globalização e o ciclo de crescimento continuado durante a última década, evidenciava-se nas falas dos líderes do BRICS. O discurso de estabilidade do sistema que perdurou por toda a década de 1990 no imaginário norte-americano (como o fim da história, de Fukuyama ou no conceito de mundo unipolar pós-URSS), dava lugar a um novo discurso que diante da crise buscava novas interpretações:

The explosion of financial innovation unaccompanied by credible systemic regulation has made the financial system vulnerable. The resulting crisis of confidence threatens global prosperity in the increasingly interdependent world in which we live. There is, therefore, a need for a new international initiative to bring structural reform in the world's financial system with more effective regulation and stronger systems of multilateral consultations and surveillance. This must be designed in as inclusive a manner as possible (SINGH, 2008).

Diante dos fatos, os líderes dos países BRICS se viam como estandartes da nova ordem pós-crise financeira. Mais do que apontar para necessidade de mudanças, as falas carregavam consigo uma percepção forte de alteração no sistema de poder entre os Estados. A soma de uma década de crescimento econômico, mais ataques terroristas aos Estados Unidos e crise financeira no coração da superpotência, potencializava o sentimento de transformação do mundo uni para multipolar. A discussão deixou na primeira década do ano 2000 de ser apenas acadêmica, pois líderes mundiais reivindicavam mudanças a partir dessa interpretação, conforme Lavrov, na assembleia geral de 2008:

The inertia of unipolar world ideology also revealed itself in other spheres of international life, including unilateral steps on AMD and militarization of outer space, attempts to bypass the parity in arms control regimes, enlargement of politico-military blocs, and politicization of the issues of access to energy resources and their transit (LAVROV, 2008).

The illusion of a unipolar world confused many. For some people, it generated a desire to make an all-in stake on it. In exchange for total loyalty they expected to receive a *carte blanche* to resolve all their problems by means. The all permissiveness syndrome that they developed went rampant, out of all possible control, on the night before 8 August when the aggression was unleashed on South Ossetia (LAVROV, 2008).

Apesar do caráter militar russo acerca da ilusão da unipolaridade, o discurso de Lavrov (2008) indagava sobre a dimensão da crise de 2008 e projetava dúvidas sobre o dinamismo futuro da economia americana, igualmente, questionava qual seria a consequentemente indisponibilidade de recursos para arcar com os custos de liderança em escala global na esfera de segurança (NOGUEIRA, 2005). A percepção dominante dos países BRICS na Assembleia Geral de 2008, um mês após a quebra de diversos bancos nos Estados Unidos, era a de que a arena internacional necessitava de *“reform to the system of global governance including the United Nations as well as the Bretton Woods Institutions”* (ZUMA, 2008). O discurso dos líderes dos BRICS procurava, portanto, a produção de um sentido comum em torno de problemas globais: a crise financeira de 2008 e o declínio do poderio americano.

Na ONU os quatro líderes dos países BRIC discursaram sobre as dificuldades que o mundo enfrentava diante de “uma crise sem precedentes”. Os argumentos apontavam para uma mesma questão: como resolver o problema das finanças internacionais gerada nos países centrais? O governo brasileiro demonstrava que a solução para a crise estava no papel protagonista dos países em desenvolvimento. Segundo Lula (2008), BRIC, IBAS, G-20 e as cúpulas da América do Sul não só materializavam a importância dos países em desenvolvimento para a solução da crise, como sinalizavam “um novo papel no desenho de um mundo multipolar”. No discurso de Lula à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2008, ficaram claras as contingências discursivas no auge da crise financeira. As crenças acerca dos desdobramentos da crise financeira eram, do ponto de vista da chancelaria brasileira, sinais evidentes de um mundo em transformação na balança de poder. Portanto, estava “em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo” (SILVA, 2008). Segundo tal assertiva, as Nações Unidas não poderiam mais representar o mundo em mudança mantendo em sua estrutura o mesmo *status quo* pós-1945, segundo o mandatário brasileiro:

As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios

do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembleia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança (SILVA, 2008).

Na mesma direção, o Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh (2008), argumentava sobre “o caráter mutável da ordem internacional”, apontando para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como solução e necessidade de “refletir a realidade do século XXI” (SINGH, 2008). Além disso, a regulação e reforma no sistema financeiro internacional estava na pauta do discurso indiano, uma vez que a crise financeira fazia suas primeiras vítimas fora da tríade Alemanha, Japão e Estados Unidos.

Apesar da preocupação dos países BRICS com a crise financeira internacional, é só em 2009 que o discurso se estende a todos os países do arranjo. O governo chinês, Hu Jintao, expressava o paradoxo entre um mundo mais desenvolvido, com mais “polos de poder” e, ao mesmo tempo, “sofrendo os impactos da crise financeira”. Segundo o presidente da China, “a soma da crise financeira internacional, mais as novas ameaças no campo da segurança, a pobreza e a falta de harmonia na governança global poderia levar a ordem global ao caos” (JINTAO, 2009). Não menos enfático, Medvedev, à época presidente da Federação Russa, ressaltava que a crise atingia a todos e, portanto, “faziam-se necessários esforços mútuos para evitar mais instabilidade internacional” (MEDMEDEV, 2009).

Para o governo russo (2009), a solução da crise passava pela necessidade de aprofundar plataformas de cooperação de “lideranças coletivas e informais”, tal qual se mostrava o G-20 e o BRICS. Para o governo russo, a governança global econômica estava em desarmonia com o mundo atual, por isso a necessidade de reformas de ordem global (MEDMEDEV, 2009). Reformas estas também levantadas pelo Ministro das Relações Exteriores da Índia, M. Krishna, ao afirmar a necessidade de alterações na governança global das Nações Unidas. Segundo Krishna (2009),

The reform and restructuring of the global governance architecture is the critical need of our times and the voice of the developing world, including the small island nations and of Africa, is of principal and core relevance, if we are to have truly participatory and global responses to global challenges. One need not look too far to identify these challenges (KRISHNA, 2009).

Pelo que pudemos analisar nos discursos, a crise financeira serviu jogou luzes a problemas que até então eram tratados em segundo plano no âmbito das Nações Unidas. Dar

significado à crise implicava em fornecer sentido, ou seja, buscar elementos discursivos que apontassem para causas e culpados. Nessa direção, o governo brasileiro fez questão de mirar no conjunto das nações (desenvolvidas) responsáveis pela crise, exacerbando a noção de identidade relacional do Eu/Outro ou Nós/Eles. Do ponto de vista do governo brasileiro, os efeitos da crise não poderiam recair sobre os países em desenvolvimento, uma vez que foi a “incapacidade dos países desenvolvidos de prever e evitar a crise que causou” o que ele chamou de “catástrofe” (SILVA, 2009).

Estava assim lançado um conjunto de elementos discursivos poderosos capazes de aproximar, distanciar, unir, extinguir, diferenciar e ajustar a identidade contingencial do arranjo político BRICS. A crise financeira internacional, com todas as suas características particulares, foi capaz de colocar no mesmo campo de atuação política Estados bastante distintos no que diz respeito aos valores morais e culturais. A contingência da identidade, aquele momento particular capaz de aproximar até mesmo os inimigos (LACLAU e MOUFFE, 2015), ajudou a forjar interesses comuns, cujo pano de fundo era a [re] distribuição de poder na ordem global.

4.4 Os elementos discursivos no documento do BRIC

Nesta seção vamos analisar a primeira declaração conjunta do BRIC, ocorrida na cidade de Ecaterimburgo, Rússia, em 16 de junho de 2009²⁵. O objetivo é demonstrar que o discurso do arranjo político é consoante aos demais discursos analisados aqui ao longo da explanação. Nesse sentido, o BRICS é resultado de um longo percurso de prática articulatória, segundo a qual os elementos forjaram uma identidade comum, contingencial e que procurou no curto período do início do século XXI se tornar hegemônico.

Resultante da primeira reunião de Cúpula do BRIC, na Rússia, a Declaração Conjunta de Ecaterimburgo (2009) reflete os discursos dos líderes na Assembleia Geral das Nações Unidas. A crise financeira de 2008 possibilitou a articulação conjunta de Brasil, Rússia, Índia e China. A prática articulatória, que a partir de então se desenvolve, demonstra como a formação discursiva do arranjo político procurou estabelecer identidades a partir de discursos exteriores de Nós/Eles. No documento em questão o BRIC toma forma do Eu, e o conjunto de valores aparece comumente em diversas passagens do documento do arranjo, conforme veremos em seguida. Como ponto de partida, o BRIC estabelece o diálogo acerca dos

²⁵ Declaração na íntegra: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>.

assuntos econômicos como primordial, exorta a necessidade de ampliar o debate, até então concentrado no G7:

Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional (BRIC, 2009).

O desejo de ampliar o debate sobre assuntos econômicos para o fórum do G-20 revela que os países BRIC compartilhavam da mesma ideia, qual seja: o interesse em participar ativamente das decisões sobre questões globais: economia, segurança, meio ambiente e direitos humanos, concentradas nas mãos dos países industrializados ao longo do século XX.

As novas demandas, que não imunizam as identidades, ao contrário, reiteram seu caráter contingencial, insta-nos a verificarmos uma pluralidade de centros que movimentam as identidades. Os países BRICS representam a não unidade discursiva, uma vez que as novas demandas colocam no campo da política internacional desafios múltiplos. Nesse sentido, as demandas por reformas institucionais, a reboque da crise financeira de 2008, se inserem na contingência do momento histórico. Para Brasil, Rússia, Índia e China, não bastava ocupar o espaço deixado pela superpotência, era preciso transformar os alicerces do poder, e isso parecia aprofundar o entendimento comum do arranjo

Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado (BRIC, 2009).

As relações internacionais, como todas as relações sociais, são também repletas de disputas políticas. O surgimento do arranjo político BRIC se insere em um contexto de verdadeiras guerras de narrativas. Nesse contexto, o documento que funda o BRIC reflete a procura por espaços nas relações internacionais, bem como reflete a somatória de diversas demandas particulares, sublinhadas na percepção da mudança da ordem global e do *status quo* vigente.

A guerra de trincheira na política internacional não está desta forma imune às novas demandas e contestações, o espaço do campo político está sempre aberto para novas possibilidades e significados. Portanto, a euforia dos países BRIC em torno do G-20 tem lugar central nesse espaço de disputa política. É nesse sentido que os líderes do arranjo reivindicavam o G-20 como lugar privilegiado para se discutir os rumos da economia global: “enfaticamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional” (BRIC, 2009). Ao deslocar a relevância do G7 para o G-20, não se perde o sentido do que o G7 produziu enquanto discurso, no entanto, são novos elementos que garantirão significados da importância do G-20 na solução da crise global.

Exortamos todas as nações e organismos internacionais relevantes a agirem com vigor para implementar as decisões tomadas pela Cúpula do G-20 em Londres, em 2 de abril de 2009. Comprometemo-nos a cooperar estreitamente entre nós e com outros parceiros para assegurar maior progresso da ação coletiva na próxima Cúpula do G-20, que será realizada em Pittsburgh (EUA), em setembro de 2009 (BRIC, 2009).

A interpretação acerca da mudança de *status quo*, de um mundo diferente daquele anterior, aglutinava as demandas dos países BRIC, mesmo que em segundo plano cada um dos quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) tivesse suas demandas particulares: “Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial” (BRIC, 2009). A corrente de elementos identificadores emergia na ausência de respostas para o problema da crise financeira. A reivindicação de maior participação dos países BRIC nas estruturas decisórias na arena externa evidenciava clivagens que possibilitavam a identificação relacional do arranjo:

As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado (BRIC, 2009).

A noção Eu/Outro se destaca na primeira reunião de cúpula do BRIC. Ao discursar em torno de uma demanda específica, os chefes de Estados dos países BRIC procuravam se

afastar de qualquer culpa sobre a crise financeira, em uma tentativa de criar clivagens e antagonismos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os países mais pobres foram atingidos de maneira mais severa pela crise financeira. A comunidade internacional necessita incrementar os esforços para providenciar recursos financeiros líquidos para esses países. A comunidade internacional também deve empenhar-se para minimizar o impacto da crise sobre o desenvolvimento e para garantir que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam atingidos. Os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e envidar maiores esforços para incrementar a assistência, o alívio das dívidas, o acesso a mercados e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento (BRIC, 2009).

O discurso enquanto produtor de identidades deve ser visto como algo que ultrapassa a soma de palavras. Ou seja, há no discurso do BRIC a tentativa de criar amálgamas capazes de produzir sentidos, num ambiente de disputa social e hegemônica. Portanto, a construção da identidade BRIC pode ser explicada pelo conjunto de demandas em comum, cujos anos 2000 foram construídas a partir de práticas articulatórias que, como já vimos, aparece com força pós-11 de Setembro e segue até culminar na criação do arranjo político de fato. Nesse sentido, mesmo que em frentes diferentes e ausentes de uma lógica narrativa, a prática discursiva ao longo dos anos produziu assimilações de demandas entre os países BRIC. A falta de relações sociais mais efetivas entre os países BRIC não impossibilitou que a ideia de uma nova ordem global e de transformação de *status quo* não articulasse. O resultado dos anos de prática articulatória exigiu anos de negociação em um movimento estratégico no interior de um contexto coerente

Destacamos nosso apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no império do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, nas ações coordenadas e no processo decisório coletivo de todos os Estados. Reiteramos nosso apoio aos esforços políticos e diplomáticos para resolver pacificamente os contenciosos nas relações internacionais (BRIC, 2009).

É nesse sentido que os teóricos do discurso afirmam que, não obstante haja uma identidade comum em um determinado contexto histórico, o entendimento desses sujeitos é contingencial. É a contingência histórica que une diferenças, evidenciando os pontos comuns e “escondendo” os pontos divergentes. Disso surge a dificuldade de entendimento sobre o

BRICS. Como países tão diferentes são capazes de se unir? A resposta está justamente na ideia de que a articulação principal coloca os antagonismos à margem do discurso central. Em outras palavras, a prática articulatória independe dos antagonismos históricos. Por isso que as fissuras regionais como, por exemplo, os conflitos entre Índia e China, não impedem a construção de uma identidade contingencial e efêmera. Na história da política internacional não são poucos os exemplos de identidades efêmeras. A aliança entre Estados Unidos e União Soviética para vencer a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, traduz a construção passageira desse tipo de coalizão ligada às conjunturas políticas. Em um olhar mais macro sobre a história da política internacional é possível verificar que essas identidades surgem em determinado contexto e que, portanto, não há garantias de que permaneçam imutáveis, uma vez que elas próprias (as coalizões e as identidades) estão sujeitas às contingências da vida social, da vida internacional.

Na criação do arranjo político, a vontade de reunir, agrupar e combinar desejos ultrapassou, ainda que de forma precária, interesses conflitantes, a saber: a reforma do Conselho de Segurança. Tida por muitos como o ponto mais sensível na agenda reformista do BRIC, a unidade na diferença aparece no documento fundante do arranjo político entre Brasil, Rússia, Índia e China.

Expressamos nosso sério compromisso com a diplomacia multilateral, na qual as Nações Unidas desempenham o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, de modo que ela possa lidar com os desafios globais de maneira mais eficaz. Reiteramos a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais, e compreendemos e apoiamos suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas (BRIC, 2009).

O discurso do BRIC procurava uma ordem discursiva hegemônica no exato momento em que a ordem política ou institucional não estava claramente evidente. O 11 de Setembro e a crise financeira de 2008 abriram novos precedentes, evidenciando a falta de elementos claros de supremacia. É justamente nesse contexto de ausência, neste vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos, que a disputa hegemônica ganhou contornos singulares.

A reiterada ideia de “mundo multipolar” – que percorreu grande parte dos discursos dos líderes dos BRICS (ou até mesmo no documento da primeira reunião de cúpula) - indica o que a Teoria do Discurso chama de *falta constitutiva*. A *falta constitutiva* ou a procura por

novos *significados* nas relações internacionais exacerba a luta pela hegemonia, cujo discurso procura sempre ser hegemônico. Portanto, é do discurso do BRIC que se assinala a construção de uma identidade efêmera:

Acordamos os passos para promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de forma crescente, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação entre os países do BRIC é proveitoso não apenas para os interesses comuns das economias de mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, mas, também, para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum (BRIC, 2009).

O discurso do BRIC foi capaz de articular e fixar sentidos à realidade internacional emergente. Ao mesmo tempo, forjou-se uma identidade de grupo, baseada nos *interesses comuns*. No entanto, tal identidade não é uma totalidade em si, o limite da sua completude esbarra na relação entre o BRICS e o exterior. Haverá sempre discursos exteriores que irão disputar o campo político, a interpretação da realidade internacional.

4.5 Notas finais sobre os elementos discursivos

Foi possível analisar a partir dos discursos selecionados os elementos discursivos presentes nas falas dos líderes dos países BRICS. A prática articulatória desorganizada, porém aglutinadora de ideias e interesses foi ao longo da década ganhando forma. Desde o pós-11 de Setembro, líderes das potências emergentes refletiam sobre a realidade internacional, cada qual à sua maneira, como em um processo de afunilamento discursivo. A falta de capacidade de vencer duas frentes de guerra por parte dos Estados Unidos e o medo do terror ascendiam as primeiras chamadas de uma nova linguagem sobre a realidade internacional. Naquele momento, início da primeira década do século XXI, os discursos acerca de uma nova ordem global e do declínio do poderio americano pediam passagem em relação aos significados sobre a realidade internacional do passado, em particular a ideia de supremacia norte-americana e unipolaridade (neorrealistas), e o imaginário de fim da história (liberais). A identificação com os novos discursos, que discorriam desde a necessidade de ampliar os foros de discussão internacional, até a mudança do caráter de poder na arena externa, demonstrava a elasticidade do discurso dos líderes dos BRICS, que ganhava novos adeptos. A identificação

com determinados discursos demonstrava o caráter contingencial das novas demandas que estavam sendo postas em jogo.

A ascensão econômica dos países BRICS, cuja fala histórica do governo chinês, “now the whole world wants to know in what direction China is heading, both politically and economically, after Beijing Olympic Games [...] The just concluded Olympic Games was held in China, the largest developing country in the world” (JIABAO, 2008), representou um marco nas relações norte-sul, afixando naquele momento uma nova cadência na política internacional. As taxas de crescimento não apenas possibilitaram a criação do acrônimo BRIC, pelo banco de investimento Goldman Sachs, mas a articulação dos Estados em favor das suas demandas, ainda que com divergências. A visibilidade e credibilidade internacionais elevaram os países BRIC a patamares outros. Possibilitando a criação de coalizões políticas de diversos tipos: IBAS, G4, UNASUL. Forjar uma identidade comum só era possível em um contexto de necessidade de preenchimento de vazios. O vazio deixado pelos Estados Unidos procurava preenchimentos. A ordem global, atravessada por problemas de viés político e econômico, buscava novas interpretações. Novos significados eram articulados pelos países BRICS, na forma de reivindicação de uma nova estrutura internacional de governança econômica ou na estrutura de segurança global, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A crise financeira de 2008 atingiu fortemente as economias mais industrializadas do globo. A falta de respostas rápidas (ou até mesmo a incapacidade de responder a crise de forma unilateral) acelerou a criação do arranjo político BRICS. Os discursos a partir da crise apontavam para o acerto no prognóstico de mudança global da ordem, unipolar para multipolar, e na constatação de declínio do poderio americano. Ululante, os discursos não procuravam qualificar o declínio, tampouco havia de fato uma contestação da ordem global. Nesse sentido, debates falavam mais do que o arranjo político em si, procurava-se alocar o BRICS onde fosse mais conveniente²⁶.

A relação Eu/Outro ficava ainda mais evidente pós-crise financeira: o eu/BRICS, isento de culpabilidade, e o Outro/países em desenvolvimento, rotulados como culpados. Nesse período histórico, se pode notar grande habilidade em apontar o Eu a partir da noção do Outro. Nos discursos dos líderes dos países BRICS, particularmente na Assembleia Geral das Nações Unidas, entre 2008 e 2009, evidencia-se a busca contínua por vilões. A fala mais emblemática do caráter da identidade relacional é a do mandatário brasileiro, Luiz Inácio Lula

²⁶ Leia o debate acerca do BRICS organizado pela FUNAG, intitulado, Debatendo o BRICS > link: <http://funag.gov.br/loja/download/1035-Debatendo_o_BRICS.pdf>. Ou BRICS Estudos e Documentos, da mesma fundação: <http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf>.

da Silva, ao se referir sobre os desdobramentos da crise financeira entre “ônus” e “bônus” (SILVA, 2008). Verificava-se, pois, a constatação da necessidade de reformar os órgãos do sistema financeiro internacional. Demanda capaz de aglutinar interesses comuns, como se pode notar no documento resultante da primeira reunião de cúpula do BRIC, na Rússia, em 2009.

Forjar uma identidade comum, no contexto de crise internacional, declínio do poderio norte-americano e ascensão econômica dos países em desenvolvimento, não era tarefa das mais fáceis, ainda mais se levarmos em consideração que os discursos nunca são totalmente fechados e, portanto, os antagonismos serão sempre entraves para as identidades. Não obstante, ao descobrir *pontos nodais* (interesses comuns), foi possível verificar que as questões mais divergentes estavam em segundo plano. A declaração de Ecaterimburgo não traz à tona nada que não seja ponto comum de convergência. As identidades, portanto, são forjadas até mesmo quando há fortes pontos de divergência. Assim foi a criação e construção do arranjo político BRICS, um amalgama de divergências em segundo plano e questões que combinavam desejos em primeiro.

Ao representar a unidade contingencial BRICS, o discurso passou a procurar a hegemonia, portanto, passível de ser universal. É neste ponto que nossa análise se encerra. Exatamente na ideia de que a falta de significados nas relações sociais, o rearranjo da ordem global, dão margem para a hegemonia. O arranjo político BRICS é, senão, a tentativa de hegemonizar um discurso, cujo vácuo de ordem político-institucional se tornava ainda mais possível de acontecer. O vazio de significado possibilitou, ainda que de forma efêmera, centralizar identidades, procurar novas respostas para o âmbito externo das relações interestatais. Em 2009, ano em que o BRIC se encontra pela primeira vez oficialmente, não era possível pensar em resultados. A linguagem agiu, as falas disseram e deram sentido à coisa social. No entanto, vale frisar que tudo isso ocorreu em um determinado contexto histórico, em um movimento estratégico e de contínua prática articulatória. A análise em questão se esgotou em 2009, porém a história e a política, não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procurou-se evidenciar elementos discursivos presentes na formação do BRICS. Em virtude da proposta da pesquisa, pautada na Teoria Discursiva, foi necessário fazer um recuo histórico e uma investigação da linguagem empregada nos documentos da Assembleia Geral das Nações Unidas pelos países BRICS (2001 a 2009) para então adentrar-se no documento fruto da primeira Reunião de Cúpula do arranjo, em 2009. Tal esforço procurou demonstrar como os discursos (separados) de Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul se articularam no sentido de criar uma identidade comum e contingencial, possibilitada por uma narrativa de ordem global em transformação e por recorrentes crises no interior da superpotência, os Estados Unidos.

Como resultado da pesquisa, é possível afirmar que o discurso teve papel fundamental na construção do BRICS, agindo como elemento primordial na formação do arranjo político. De duas formas: na primeira, o discurso possibilitou estabelecer uma rápida conexão entre uma ordem global que estava em crise e uma ordem global que estava em ascensão. Em outras palavras, o discurso dos países BRICS permitiu transformar o discurso até então hegemônico de um sistema global unipolar, centrado nos Estados Unidos como única superpotência do globo, em um discurso de multipolaridade, abarcado pelas potências emergentes, entre elas, os países BRICS. Em um segundo momento, o discurso forjou uma identidade comum, ao aproximar demandas distintas para o centro do debate público internacional. Tal identidade, relacional e contingente, só foi possível através da articulação discursiva dos países BRICS ao longo da primeira década do século XXI. A centralidade do discurso dos países BRICS tinha caráter contingencial, isto é, estava em consonância com o contexto internacional de crise. Assim, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul buscavam afirmação no cenário externo de recorrentes crises para os Estados Unidos. Era preciso, pois, fixar um discurso comum e, assim, procurar torná-lo capilar na política Internacional. Em suma, a segunda característica da importância do discurso na formação do BRICS foi a de centralizar o debate em torno das reformas institucionais, entre elas, a ampliação do Conselho de Segurança e a reforma das instituições financeiras internacionais. Ambas as demandas intensificavam após as duas crises globais, o 11 de Setembro e a crise financeira internacional de 2008.

Os dois eventos supracitados foram de grande relevância para as relações internacionais. De natureza diversa, ambas as crises, tanto o 11 de Setembro quanto a Crise Financeira de 2009, tiveram no seu epicentro os Estados Unidos. Em 2001, o ataque terrorista

às Torres Gêmeas e ao Pentágono demonstrou a fragilidade das fronteiras na era da globalização e da internet. Ao atacar a maior potência do globo, evidenciou-se que nenhum território estava livre de ser violado. Como consequência, as guerras do Afeganistão e do Iraque e a não solução do problema do terrorismo, como anunciava e previa a administração Bush, demonstraram a incapacidade dos norte-americanos de participar de várias frentes de batalha sem que sofressem baixas militares e consequências danosas para a sua economia. A dificuldade de prover o bem público mais cobiçado pela *highs politics*, a segurança global, deflagrou uma série de dúvidas quanto ao declínio do poderio norte-americano. As discussões sobre uma nova ordem global ganharam dimensão antes não vista, a despeito do “debate declinistas” fazer parte do ambiente acadêmico desde a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, em meados da década de 1970.

A conclusão da primeira grave crise global do século XXI, os ataques terroristas do 11 de Setembro, foi uma corrida discursiva em torno do objeto da segurança global. Do lado da potência, atitudes unilaterais como a decisão de invadir o Iraque sem o aval da ONU foram vistas por países em desenvolvimento como ameaça ao multilateralismo (como principal instrumento para a solução de conflitos). Nesse sentido, os discursos dos países BRICS buscavam dar legitimidade às Nações Unidas, parte como resposta e tentativa de frear o ímpeto bélico dos Estados Unidos, parte como necessidade de fixar elementos discursivos capaz de apontar para uma realidade internacional distinta da anterior. A fixação de elementos discursivos potencializadores – no sentido de responder melhor ao momento de crise – passava necessariamente pela questão da reforma das instituições internacionais nascidas no pós-Guerra (1945). Portanto, se de um lado o Conselho de Segurança perdia legitimidade e força, do outro, os países BRICS procuravam ressignificá-lo. Para isso, pontuavam o caráter multipolar da ordem global e assinalavam para um conjunto de elementos que demonstravam a necessidade de adaptação das Nações Unidas à nova realidade das relações de poder no âmbito internacional.

Ao longo da década, os países BRICS aglutinaram o maior número de demandas possível em torno de um projeto político. As representações das demandas particulares não significavam ruptura, ao contrário, o discurso, conforme vimos em Laclau e Mouffe (1984) tem caráter elástico. A elasticidade do discurso se, de um lado, pode perder o ponto literal da demanda, tornando-a metáfora, do outro, pode dar sentido a uma série de significados que estão esperando por respostas diante de uma grande crise. Esse deslocamento discursivo não deixa de fazer sentido quando olhamos para os países BRICS. Desde meados dos anos 2000 já havia nos discursos proferidos pelos líderes dos países BRICS uma sensação de

pertencimento. A reivindicação por reformas no sistema internacional deslocava o discurso para uma corrente contínua de elementos identificadores. Ao mover o discurso em torno de questões de mudança na ordem global, o discurso foi capaz de aglutinar sujeitos que são necessariamente diferentes, mas que possuem um núcleo duro de demandas comuns.

O momento de ruptura, o qual a única constância é o vazio de explicações, possibilita uma série de respostas difusas. O esforço argumentativo da prática articulatória estava justamente na capacidade dos países BRICS de aglutinar as demandas comuns. Em 2006, a prática articulatória dos países BRIC (a África do Sul é incorporada mais tarde, em 2010) se transforma nos primeiros desejos de transformar o acrônimo em arranjo político de fato. Os anos subsequentes ao primeiro encontro do BRIC são observados sob a ótica da busca por sentidos e interpretações viáveis sobre a ordem global. A ideia de dar “sentido” pode ser exemplificada na tentativa do arranjo político de se estabelecer enquanto grupo. Ou seja, além da articulação discursiva exterior ao BRICS, entre 2001 e 2006, era preciso que o discurso no interior do arranjo buscasse sentido nos elementos articulados. Foi a articulação entre vários elementos que propiciou a que se chegasse a um sentido comum. Embora o sentido seja contingencial, o momento em que ele é determinado é também o momento que o discurso se torna estável. Apesar de sua precariedade, a estabilidade ocorre em relação àquele conjunto de regras e dentro de uma prática discursiva cujas fissuras se esvaem com a imposição de pontos em comum. Desta forma, pudemos constatar a partir da Teoria Discursiva a estabilidade do discurso em dois eixos centrais: (1) a ordem global multipolar, fim da unipolaridade; (2) reforma das instituições internacionais. Apesar de não homogêneo, cujos elementos estão todos organizados, as falas procuraram estabilizar-se a partir de elementos discursivos bastante claros nos documentos analisados. Os discursos analisados foram constituídos de antagonismos, em um processo contínuo de articulação, deslocamento, rearticulação e centralidade.

A partir de 2006, primeira reunião informal, a ideia de BRIC começa a se estabilizar, a articulação discursiva a esta altura já havia formado uma camada sólida em que os países BRICS interpretavam o período de crise sistêmica a partir da perspectiva particular de cada um deles (países em desenvolvimento). Essa ontologia de fala agregou mais um elemento importante na construção da identidade do arranjo, ou seja, eleger os lados do jogo, construir o Outro para que o BRICS se constituísse. A ideia de identidade relacional aparece com recorrência nos autores do campo de estudo de Relações Internacionais, especificamente as pesquisas em política externa. Em suma, o Eu/Outro é elemento constante tanto nos discursos dos líderes dos BRICS, quanto no discurso da primeira reunião de cúpula do arranjo político.

A identidade comum do arranjo político ganha forma a partir da crise financeira de 2008. A crise financeira de 2008 teve novamente um enorme impacto para os Estados Unidos. Com a economia em profunda crise e o desemprego em forte alta, restava ao BRICS se afastar da crise e buscar preencher o vazio deixado pelos Estados Unidos. Conforme pudemos concluir a partir da investigação, a identidade relacional Eu/Outro se acentuou, no sentido de que se estabelecia no discurso dos líderes dos países BRICS a noção de Nós, países em desenvolvimento, não pertencente ao mundo dos papéis podres das finanças e, Eles, países desenvolvidos culpados pela crise financeira com precedentes só na crise de 1929. O elemento discursivo Eu/Outro ganhava contornos ainda mais evidentes ao passo que a reforma do sistema financeiro aproximava a todos na busca por soluções para a crise. O G-20 representava a noção de ressignificar às relações internacionais, uma vez que o seu surgimento era visto como alternativa permanente ao G-7. Ampliar o debate econômico e dar mais voz aos países em desenvolvimento estava no escopo do G-20.

Em 2009, a primeira reunião oficial do arranjo político, teve como resultado o adensamento dos discursos articulados ao longo da década. Todos os elementos discursivos analisados a partir da Teoria Discursiva se evidenciaram de forma a concluirmos que ele (o discurso) forjou uma identidade contingencial do arranjo. A ordem multipolar, as reformas institucionais, a ideia de Eu/Outro corroboram para a tese de que o discurso possibilitou, ainda que durante um período curto, uma nova interpretação sobre a realidade internacional, em um contexto de crise e ruptura, cujo vazio de poder significava o exato momento de busca por um novo discurso hegemônico. A fixação de sentidos superou os antagonismos evidenciados no interior do arranjo político, sublinhado no apoio expresso no documento de Ecaterimburgo ao pleito de Índia e Brasil por reformas institucionais: “reiteramos a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais, e compreendemos e apoiamos suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas” (BRIC, 2009).

Conforme mencionado, o discurso enquanto linguagem capaz de significar as relações sociais procurou hegemonizar-se a partir de uma visão difundida na década passada, a saber: a mudança do sistema unipolar para multipolar. As noções de declínio relativo da superpotência e o esgotamento da ordem global do pós-Guerra Fria foram capazes de unir cinco países de culturas e valores distintos, forjando assim uma identidade comum e contingencial, isto é, com íntima relação ao contingente histórico do período, cujo vazio de poder dava vazão aos novos discursos sobre as relações internacionais. Nesse sentido, o discurso aglutinou o BRICS em torno de temas comuns, colocando à margem possíveis discursos antagonistas. Ao longo

da pesquisa procurou-se apontar como as relações internacionais e todas as relações sociais são relações de linguagem. Tendo a linguagem como princípio balizar das relações humanas (BARTHES, 2012), encontrou-se no discurso a ferramenta fundamental para a análise das interações sociais no âmbito internacional. A virada do século XX para o XXI foi um destes momentos em que se procurou responder a perguntas que surgiam a cada nova crise.

O período de instabilidade demonstrou que o mundo estava em constante mudança. As crises de âmbito global são momentos propícios para que ideias até então reificadas sejam questionadas no seu interior. Se o que entendemos por mundo só existe mediante a linguagem, as relações internacionais são relações eminentemente de poder, ao estilo que Foucault anunciava em *A ordem do Discurso* (1972). O exercício aqui desenvolvido de modo algum pretendeu ser exaustivo, tendo selecionado apenas alguns elementos discursivos e, conseqüentemente, algumas categorias analíticas do processo de formação do BRICS. É possível, em futuros trabalhos, aprofundar e buscar novos elementos discursivos, bem como uma investigação com maior fôlego que procure analisar o papel desempenhado pelo BRICS depois da primeira reunião oficial. Em face de tais desafios, é fundamental que no campo das Relações Internacionais do Brasil os estudos em Teoria Discursiva ganhem dimensão e *status* equivalentes às teorias *mainstream*. A multidisciplinaridade que a Teoria Discursiva agrega permite que novas investigações sobre a política internacional ganhem fôlego e estabeleça uma nova agenda de pesquisa no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, n. 47, p. 201-246. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 set. 2015.
- ALBUQUERQUE, Gilhon. Pressupostos teóricos e metodológicos da análise de discurso. In: CHAIA, et al (otg). **Análise do discurso político: abordagens**. São Paulo, EDUC, 1993, 110 p.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcante. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: Mar. 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996, 408 p.
- BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Rev. bras. polít. int.** 2002, vol.45, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2016.
- BARTHES, R. Elementos de Semiologia. São Paulo: Cultrix, 2012.
- BAUMANN, R. Os BRICS E O G20 Financeiro. In: **o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 206.
- BENACHENHOU, A. **Países emergentes**. Brasília: FUNAG, 2013. 234 p.
- BOTELHO, T. Os Estados Unidos e a Primavera Árabe. **Relações Internacionais** [online]. 2011, n.30, pp.117-127. Acesso em: outubro de 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- BRIC. **PRIMEIRA REUNIÃO DE CÚPULA: Declaração Conjunta**. Rússia. **Ecaterimburgo**. 2009. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acesso em: 5 jun. 2015.
- BULL, H. (2002), **A sociedade anárquica**. São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo.
- BURCHILL, S; LINKLATER, A. **Theories of International Relations**. 2nd edn. London: Palgrave. 2002.
- BURGES, S. Os BRICs e a ONU: Coordenação ou fragmentação. 2011. **e-International relations**. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2011/10/21/the-brics-and-the-un-coordination-or-fragmentation/>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BURITY, J. **Desconstrução, hegemonia e democracia: o pósmarxismo de Ernesto Laclau**. 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/texpol.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BUSH, G. W. Discurso de G. W. BUSH ao Congresso Norte-americano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2003. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3001200302.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

BUZAN, B. As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 24, nº2, julho/dezembro 2002, p. 233-265. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n2/v24n2a01.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução de Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

_____; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, 2003.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and Politics of Identity**. Manchester. University Press, 1992.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. – Brasília: FUNAG, 2012.

CERVO, Amado. O Brasil na atual ordem mundial. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** | v.1, n.2, Jul/Dez 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/30514/20485>> Acesso em: 7 jul. 2013.

_____. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 1973**. (2011). Index: S/RES/1973, 17 de Março de 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm#Resolution>> Acesso em: 17 mai. 2015.

COX, Michael. Is the United States in decline – again? **International Affairs**, 83 (4). 643-653. 2007. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/24403/>. Acesso em: dez. 2015.

COX, Robert; SINCLAIR, Timothy J. (eds.). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. **Millennium - Journal of International Studies**. 1981; v. 10; n.2.

DEVETAK, R. Critical Theory. In.: Scott Burchill et al.: **Theories of International Relations**, Third Edition. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 261-293.

ETZIONI, A. The Myth of Multipolarity. **National Interest**. 2012. Disponível em: Acesso em: 19 maio, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____. **Critical Discourse Analysis**: The Critical Study of Language. Londres: Longman, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 127, dez. 2011. Mensal – ANO XI. Disponível em: . Acesso em: set. 2016.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 53, n. 1, Jul. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292010000100008&lng=e> . Acesso em: 20 Jul. 2016.

_____. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2010, vol.53, n.1. Acesso em: jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

_____. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FUKUYAMA, F. The End of History? **The National Interest**, nº 16, (Summer, 1989), p. 3-18.

LAFER, C. Minister of Foreign Affairs of Brazil. **General Debate of the 57th**. United Nations. Nova Iorque. Sept. 2002. Acesso em: 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgTXNCTHNZejJtcFk>>.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. University Press: Cambridge: Cambridge, 2002. 272 p.

GLOBAL ECONOMIC PAPER. N. 99. 2003. New York. Dreaming With BRICs: The Path to 2050. Banco Goldman Sachs. 24 p.

GRUNSTEIN, Judah. The BRIC Wall. **W. P. R.** 2012. Disponível em:<<http://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/2072/the-bric-wall>>. Acesso em 10 de

outubro de 2016.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. . Pressupostos teóricos e metodológicos da análise de discurso. In: Vera Chaia et Alii. (Org.). **Análise do Discurso Político: Abordagens**. São Paulo: Educ, 1993, v. , p. 71-80.

GUIMARÃES, S, P. **Quinhentos anos de periferia**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. London: Routledge, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. Tradução: Márcia de Sá Cavalcante. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

HERZ, M; DUTRA, A. Os BRICS em revisão de literatura. **Working Paper BRICS Policy Center**. 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5990/doc/1253242972.pdf>> Acesso em 22 outubro, 2015.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

IKENBERRY, G. J. The future of the liberal world order: internationalism after America. **Foreign affairs**, 2011. Acesso em: 22 Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2011-05-01/future-liberal-world-order>>.

_____. Entrevistas e Debates: BRIC. [19 de dezembro de 2011]. Brasília. Entrevista concedida ao programa Ponto de Vista. Disponível em: . Acesso em: 14 Out. 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/207149-JOHNKENBERRY-\(PHD-EM-RELACOES-INTERNACIONAIS\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/207149-JOHNKENBERRY-(PHD-EM-RELACOES-INTERNACIONAIS).html).

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Data base**. 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>> Acesso em: Ago. 2016.

IVANOV, I. Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation. **General Debate of the 57th**. United Nations. New York. Sept, 2002. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgTnmVkrTzZByNUk>>.

JIBAO, W. Premier of the State Concil of the People's Republic of China. **General Debate of the 63th**. United Nations. New York. Sept. 2008. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgZTdRb1pkUGFqWGM>>.

JINTAO, H. President of the People's Republic of China. **General Debate of the 64th**. United Nations. New York. Sept. 2009. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgSkdaSEMySTRJUUU>>.

KELLER, Arthur. What We Didn't Learn From The Hunt For Iraq's Phantom Arsenal. **Washington Post**. Washington. 2007. Disponível em: < http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/12/07/AR2007120701619_pf.html>. Acesso em: Set. 2016.

KENNAN, G. F. **Around the Cragged Hill: a Personal and Political Philosophy**. New York: Norton, 1993.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396. 1988.

KRISHNA, M. Minister of External Affairs of India. **General Debate of the 64th**. United Nations. New York. Sept. 2009. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgU3UwVGZiRkpaNHM>>.

LACAN, J. (1961/1962) O Seminário, livro 9. A identificação. Inédito "Lição de 20/12/61"; "Lição de 10/01/62". Recife: ed. Centro de Estudos Freudianos de Recife. 2003.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: Goodin, R.; Pettit, P. **The Blackwell companion to contemporary political philosophy**, Oxford, Blackwell, 1993.

_____. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

_____. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, Hegemonía, Universalidad: Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. Introduction. In: LACLAU, E. (ed.). **The making of political identities**. London: Verso, 1994.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2005.

LACLAU, Ernesto; BHASKAR, Roy. Discourse Theory vs. Critical Realism. **Journal of Critical Realism - Alethia**, London, v. 1, n. 2, p. 9-14, 1998.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo, Intermeios, 2015. 286 páginas.

_____. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

_____. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto. **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LAI, Z. The BRICS Against the West? **Ceri Strategy Papers**, n. 11 – Hors Série, Nov. 2011. Disponível em: http://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/n11_112011.pdf. Acesso em: Abril de 2013.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

LAPID, Y. 1989. 'The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**. V. 33: p. 235-254. Disponível em: <<http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/661B1/documents/Lapid3rdDebateInternTheoryPostPositivistEra.pdf>> Acesso em: 11 set. 2015.

LAVROV, S. Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation. **General Debate of the 59th**. United Nations. New York. Sept. 2004. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgYlEwdmJfSVE5Yzg>>.

LAVROV, S. Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation. **General Debate of the 61th**. United Nations. New York. Sept. 2006. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgWVFzcTgzenpzVGc>>.

LAVROV, S. Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation. **General Debate of the 63th**. United Nations. New York. Sept. 2008. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgX3hia0FNYUJnVTQ>>.

LEITE, Lucas. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-guerra fria**. São Paulo, 2013, 129 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2013.

LESSA, Antônio Carlos and MEIRA, Frederico Arana. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2001, vol.44, n.2 [cited 2017-03-22], pp.46-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2016

LIMA, A; CASTELAN, D. O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2012. Brasília: FUNAG, 2012, p. 79-85.

MEDVEDEV, D. President of the Russian Federation. **General Debate of 64th**. United Nations. New York. Sept. 2009. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgQjV6Q2tHdm9NZEE>>.

MBEKI, T. President of the Republic of South Africa. **General Debate of the 57th**. United Nations. New York. Sept. 2002. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgLXVaV1JFZnkzkeE>>.

MBEKI, T. President of the Republic of South Africa. **General Debate of the 58th**. United Nations. New York. Sept. 2002. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgWljclpVa0RKWms>>.

MCSWEENEY, Bill. **Security, Identity and Interests**. A Sociology of International Relations. United Kingdom, Cambridge University Press, 1999.

MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 135-145, jun. 2003.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Soc. estado**. [online]. 2010, vol.25, n.3. pp.479-497. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300004 >.
 Acesso em, jan. 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto int.** [online]. 2013, vol.35, n.1, pp.197-229. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Out. 2015.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

NYE, J. Incompatibility Hinders BRICS Bloc. **Taipei Times**, April 8, 2013. Disponível em:
<http://www.taipeitimes.com/News/editorials/archives/2013/04/08/2003559062/1>. Acesso em: abril 2016.

OLIVEIRA, G; OLIVEIRA, A; MESQUISTA. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2015. Disponível em: <
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29574/27763>>.

ONUF, N. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

_____. Constructivism: a user's manual. In: **International relations in a constructed world**, KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). 59-64. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

_____. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**, Columbia, 1989.

OURO-PRETO, A. Mesa-redonda : o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 109-116.

PFEIFER, A. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 79-85.

POWER, Samantha. **O Homem que Queria Salvar o Mundo**: uma biografia de Sergio Vieira de Mello. Companhia das Letras: São Paulo, 2008.

PUTIN, V. President of the Russian Federation. **General Debate of 58th**. United Nations. New York. Sept. 2003. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgTl8teGJsLWNvYUk>>.

RAMALHO, A. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades. In.: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 87-99.

REIS, M, A, F. Mesa-redonda : BRICS: surgimento e evolução. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 47-73.

RESENDE, A, Erica Simone. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re) produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: ed. Contra Capa, 2012. 368 p.

RESENDE, C. O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 47, n. 1, June 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292004000100009&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 11 Set. 2015.

REUSS-SMIT, C. Constructivism. Pp. 188–212 in **Theories of International Relations**, 2005, 3rd ed. S. Burchill et al. New York: Palgrave.

RIBEIRO, M, L. BRICS, Segurança Internacional e a Governança Global. **Boletim Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2015/03/17/brics-seguranca-internacional-e-a-governanca-global-breve-analise-das-declaracoes-de-cupula-por-mikelli-marzzini-l-a-ribeiro/>>. Acesso em 17 de Maio de 2015.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. **Tempo soc.** [online]. 2003, vol.15, n.2 [cited 2017-03-22], pp.9-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2016

SAHNI, V. Perspectiva indiana sobre o BRICS: entusiasta, evasiva e ainda em evolução. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013, p. 563.

SAINT-PIERRE, H. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 53, p. 9-26, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: set. 2016.

SANAHUJA, J, A. desenvolvimento global e ascensão de potências emergentes a política de cooperação da UE: entre acomodação e mudança. In: **União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável**. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2016. 208 p.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2000, vol.43, n.1 Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2015.

_____. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2003, vol.46, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 2002.

SEITENFUS, R. As novas relações internacionais. Paper. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/arquivos/FSP-novas-relacoes-internacionais.pdf>> . Acesso em: ago. 2015.

SENNES, R. O engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 221.

SILVA, L. Presidente da República Federativa do Brasil. 58ª **Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque. Set. 2003. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgafYyTUZEcmk2eVE>>.

SILVA, L. President of the Federative Republic of Brasil. **General Debate of the 61th**. United Nations. New York. Sept. 2006. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/61/pdfs/brasil-e.pdf>>.

SILVA, L. Presidente da República Federativa do Brasil. 64ª **Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque. Set. 2009. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgZDlwUDVRUkc1enM>>.

SILVA, L. Presidente da República Federativa do Brasil. 63ª **Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque. Set. 2008. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgdfUxcTRBZG9aUFE>>.

SINGH, N. Minister of External Affairs of India. **General Debate of 60th**. United Nations. New York. Sept. 2005. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PghTOF9TTHNiYjA>>.

SOUTO-MAIOR, L. A ordem mundial e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ano 46, n. 2, 2003, p. 26-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a02.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

SOUZA, Emerson Maione de. Ordem e Justiça na sociedade internacional pós-11 de Setembro. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2009, vol.52, n.1. Acesso em: jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100007&lng=en&nrm=iso>

STEWART, P. Irresponsible stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. **Foreign Affairs** 89.6 (2010): 44. Disponível em: <http://ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA246715570&>. Acesso em: abril de 2016.

UNCTADSTAT. **Report Folders**. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>> Acesso em: 10-13 jul. 2015.

VIEIRA, R. **Foucault em casa**: aspectos discursivos da construção da comunidade sul-americana de nações (2004-2006) - Brasília : FUNAG, 2010.

VIZENTINI, P, F. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. In.: Mesa-redonda : **o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília : FUNAG, 2012, página 201.

WÆVER, Ole. Security. The Speech Act. Analysing the Politics of a Word. **Working Paper COPRI**, nº 19, 1989.

_____. Securitization and Desecuritization. In: Ronnie Lipschutz (ed.), **On Security**. Nova Iorque, Columbia University Press, 1995.

WALERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, tradução de Renato Aguiar, revisão da tradução de César Benjamin, 2001.

_____. O declínio do Poder Americano. **Os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: contraponto, 2004.**

WALT, S. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1991), pp. 211-239.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Ed. Gradiva Publicações. 2002.

_____. **International Security**, Vol. 25, No. 1 (Summer 2000), pp. 5–41. Acesso em: 16 de abril. 2015. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf>.

_____. Structural Realism after the Cold War. The End of History?, **The National Interest** (Summer 1989, p. 3-18). Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf> Acesso em: 16 de Abril de 2015.

WENDT, A. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Vol. 46, No. 2. (Spring, 1992), pp. 391-425.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

WOLFE, A. **The Building BRICs of a New International System?**. Disponível em : <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/2157/the-building-brics-of-a-new-international-system>> Acesso em 1 de novembro de 2015.

ZAKARIA, F. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 307 p.

ZHAOXING, L. Minister of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **General Debate of 58th**. United Nations. New York. Sept. 2003. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgeFZBV3hJNS1WZ1E>>.

ZHAOXING, L. Minister of Foreign Affairs of People's Republic of China. **General Debate of 59th**. United Nations. New York. Sept. 2004. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgRGt1bnBYc0FKNm8>>.

ZAKI, L. The BRICS Against the West? **CERI Strategy Papers**. N° 11 – Hors Série, Novembre 2011.

ZUMA, N. Minister of Foreign Affairs of the Republic of South Africa. **General Debate of the 63th**. United Nations. New York. Sept. 2008. Acesso em: nov. 2015. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Bxc1ABQxs5PgaGtUTGpELU1hczg>>.

ZÜRN, M; CHECKEL, J, T. Getting Socialized to Build Bridges: Constructivism and Rationalism, Europe and the Nation-State. **International Organization**, 59, p 1045-1079. 2005. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=346240&fileId=S0020818305050356>>. Acesso em: 16 de Maio de 2015.

ANEXO A – DECLARAÇÃO CONJUNTA BRIC

Ecaterimburgo, Rússia, 16 de junho de 2009

Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia e da República Popular da China, discutimos a atual situação da economia mundial e outros assuntos candentes para desenvolvimento global, e também as perspectivas para o maior aprofundamento da colaboração no âmbito do BRIC, em nossa reunião em Ecaterimburgo, em 16 de junho de 2009.

Chegamos às seguintes conclusões:

1. Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira. Elas têm encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político em relação a assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional.
2. Exortamos todas as nações e organismos internacionais relevantes a agirem com vigor para implementar as decisões tomadas pela Cúpula do G-20 em Londres, em 2 de abril de 2009. Comprometemo-nos a cooperar estreitamente entre nós e com outros parceiros para assegurar maior progresso da ação coletiva na próxima Cúpula do G-20, que será realizada em Pittsburgh (EUA), em setembro de 2009. Esperamos que a Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Financeira e Econômica Mundial e seus Impactos sobre o Desenvolvimento, a ser realizada em Nova Iorque, de 24 a 26 de junho de 2009, alcance resultados positivos.
3. Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado.
4. Estamos convencidos de que a reforma da arquitetura financeira e econômica deve basear-se, inter alia, nos seguintes princípios:
 - processo decisório e de implementação democrático e transparente no âmbito das organizações financeiras internacionais;

- sólida base legal;
- compatibilidade entre as ações de instituições regulatórias nacionais eficazes e de organismos internacionais de regulamentação;
- fortalecimento do gerenciamento de risco e das práticas de supervisionamento.

5. Reconhecemos a importância do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros diretos para a recuperação econômica mundial. Instamos todas as partes a trabalhar em conjunto para incrementar o ambiente de comércio e de investimento internacional. Conclamamos a comunidade internacional a resguardar a estabilidade do sistema multilateral de comércio, restringir o protecionismo comercial e pressionar por resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha da OMC.

6. Os países mais pobres foram atingidos de maneira mais severa pela crise financeira. A comunidade internacional necessita incrementar os esforços para providenciar recursos financeiros líquidos para esses países. A comunidade internacional também deve empenhar-se para minimizar o impacto da crise sobre o desenvolvimento e para garantir que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam atingidos. Os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e envidar maiores esforços para incrementar a assistência, o alívio das dívidas, o acesso a mercados e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

7. A implementação do conceito de desenvolvimento sustentável, que abrange, entre outros, a Declaração do Rio, a Agenda para o Século XXI e os acordos multilaterais sobre meio-ambiente, deve ser um importante vetor na mudança do paradigma do desenvolvimento econômico.

8. Defendemos o fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados no campo da energia, inclusive entre produtores e consumidores de energia e Estados de trânsito, com vistas a diminuir a incerteza e a garantir a estabilidade e a sustentabilidade. Apoiamos a diversificação dos recursos e fontes de energia, incluindo energia renovável, a segurança das rotas de trânsito de energia, e a criação de novos investimentos e infra-estrutura nesta área.

9. Apoiamos a cooperação internacional no campo da eficiência energética. Estamos prontos para promover um diálogo construtivo sobre as formas de lidar com as mudanças climáticas com base no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, tendo em conta a

necessidade de combinar medidas para a proteção do clima com ações para realizar nossas metas de desenvolvimento socioeconômico.

10. Reafirmamos o compromisso de aumentar a cooperação entre nossos países em áreas de interesse social e de fortalecer os esforços para prestar assistência humanitária internacional e reduzir os riscos de desastres naturais. Tomamos nota da declaração sobre segurança alimentar global lançada hoje como uma grande contribuição dos países do BRIC aos esforços multilaterais para criar as condições sustentáveis para este objetivo.

11. Afirmamos o compromisso de avançar com a cooperação entre nossos países no campo da ciência e da educação com o objetivo, inter alia, de realizar a pesquisa fundamental e de desenvolver tecnologias avançadas.

12. Destacamos nosso apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no império do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, nas ações coordenadas e no processo decisório coletivo de todos os Estados. Reiteramos nosso apoio aos esforços políticos e diplomáticos para resolver pacificamente os contenciosos nas relações internacionais.

13. Condenamos com veemência o terrorismo em todas suas formas e manifestações e reiteramos que não pode existir justificativa para quaisquer atos de terrorismo, em qualquer lugar e por qualquer motivo. Observamos que a versão preliminar da Convenção Abrangente contra o Terrorismo Internacional está atualmente sob exame da Assembléia Geral da ONU e conclamamos sua adoção imediata.

14. Expressamos nosso sério compromisso com a diplomacia multilateral, na qual as Nações Unidas desempenham o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, de modo que ela possa lidar com os desafios globais de maneira mais eficaz. Reiteramos a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais, e compreendemos e apoiamos suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas.

15. Acordamos os passos para promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de forma crescente, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação entre os países do BRIC é proveitoso não apenas para os interesses comuns das economias de

mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, mas, também, para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum.

16. Rússia, Índia e China receberam com satisfação o cordial convite para a próxima Cúpula do BRIC, que o Brasil sediará em 2010.